



Anais da Assembleia

Nº 16

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA.
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1991.
(SEGUNDA-FEIRA)

nos termos do art. 75, § 4º da Constituição Estadual. Ao conhecimento da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ofício n. 01/91

Curitiba, 26 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que foi instalada a Comissão de Constituição e Justiça, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência à nobre Deputada Emília Belinati.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei a funcionária Everlei Terezinha Cleto, advogada, lotada na Coordenação de Apoio às Comissões, para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) COLOMBINO GRASSANO
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS

Ofício n. 01/91/CF

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que no dia 28 de fevereiro do corrente, foi instalada esta Comissão para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado Mário Bezerra.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei o funcionário Wilson Penka, para desempenhar as funções de Secretário desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e alta consideração.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Ofício n. 01/91-COPTC

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de 28 de fevereiro do corrente ano, foi instalada a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para a qual, por especial

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A horas regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço. (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Dobrandino da Silva, Mário Bezerra, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca e Severino Félix (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório das atividades desenvolvidas por essa Corte de Contas, durante o exercício de 1990,

deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado Antônio Toti Colaço Vaz.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei o funcionário Sandro Alberto Figueiredo, para desempenhar as funções de Secretário desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) CEZAR SILVESTRI

Presidente da Comissão de Obras
Públicas Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE TURISMO

Ofício n. 01/91/CT

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de 28 de fevereiro do corrente, foi instalada a Comissão de Turismo, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado Elío Lino Rusch.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei a funcionária Delôra T. Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e alta consideração.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Presidente da Comissão de Turismo
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Ofício n. 01/91

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de 28 de fevereiro do corrente, foi instalada a Comissão de Saúde Pública, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo ao nobre Deputado Luiz Antonio Setti a Vice-Presidência.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei a funcionária Hilda Maria César de Oliveira, para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) DOMINGOS DE CARVALHO

Presidente da Comissão de Saúde

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Ofício n. 01/91

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência que em data de 28 de fevereiro do corrente ano, foi instalada a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, para a qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado Edson Lino.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei a funcionária Solange Mann, para desempenhar as funções de Secretária desta Comissão.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) TOTI COLAÇO

Presidente da Comissão de Terras,
Imigração e Colonização

Ofício n° 01/91

Curitiba, 06 de março de 1991.

Senhor Presidente.

Através do presente comunico a Vossa Excelência, que no dia 28 de fevereiro do corrente ano, foi instalada a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para a qual, por deferência de meus ilustres Pares, fomos eleito Presidente, sendo o nobre Deputado José Afonso Júnior Vice-Presidente.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que foi indicado o funcionário Alan Marcos Andrade, advogado contratado por este Poder, matrícula n° 111, para desempenhar a função de Secretário desta Comissão.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ALCEU SWAROWSKI.

Presidente da Comissão de
Esporte, Cultura e Esportes

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 036/91, oriundo da Mensagem n° 008/91, que objetiva alterar o programa de trabalho do DER, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o egrégio Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 013/91, de autoria da douta Procuradoria Geral da Justiça do Estado, que estende a

gratificação de responsabilidade técnica prevista pela lei n° 9.049, de 06.07.89, aos ocupantes dos cargos de nível universitário do quadro da Procuradoria Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(aa) ERNANI PUDELL.

DR. ROSINHA.

OVÍDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se neste Legislativo, para apreciação, a proposição veto n° 12/91, aposto pelo Senhor Governador do Estado do Projeto de Lei n° 605/90, que tratava do mesmo assunto abordado pelo Projeto de Lei n° 013/91.

Ora, conforme dispõe o Regimento Interno da Casa, em seu artigo 250 e parágrafo único, não são arquivadas, ao término da legislatura, dentre outras proposições, os vetos apostos a matérias aprovadas pela Casa.

Neste sentido, buscando oferecer condições de maior estudo à questão, solicitamos a retirada de pauta pelo prazo de cinco dias do Projeto de Lei em epígrafe.

REQUERIMENTO N° 313

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 047/89, que objetiva alterar dispositivos da Lei n° 4.766, de 13.11.63 (filiação ao IPE de cargos em comissão).

Sala das Sessões, em 11.03.91

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento nos art. 35 combinado com o art. 132, § 3°, III do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a criação de uma Comissão Especial interpartidária, com o número de 07 (sete) membros, prazos de duração de 90 (noventa) dias, para elaborar projeto de lei regulamentando do disposto no art. 219 da Constituição Estadual, que criou o Conselho Estadual da Condição Feminina.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) CLEITON KIELSE.

JUSTIFICATIVA:

Em 05 de outubro de 1989, com a promulgação e entrada em vigor da Constituição do Estado do Paraná, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, em seu artigo 219, sendo certo que este artigo não é auto aplicável, exigindo então

sua regulamentação.

Foram feitas desde então várias tentativas para a regulamentação do órgão, posto que este necessita para a consecução de sua missão constitucional, que se lhe garantam autonomia e dotação orçamentária, não resultando delas nenhum efeito prático.

Dada a importância do tema supra mencionado, é que se requer a formação desta comissão, que elaborará, em regime de urgência o referido regulamento, para que o Conselho possa afinal, desempenhar com a liberdade que a Constituição lhe garante, a defesa do exercício pleno da cidadania por parte da mulher paranaense, significando, certamente o direito à voz e à vez na vida pública e a dignidade na vida cotidiana, com direito a acesso à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar, à justiça, à profissionalização e ao trabalho.

REQUERIMENTO N° 291

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada à Diretoria Geral do Banco do Brasil S/A - em Brasília, com cópias para a Superintendência Regional do Paraná - em Curitiba, correspondência deste Poder Legislativo Solicitando Urgentíssimo Reestudo e Viabilização da Reabertura de Agências, Postos Avançados e Seções Externas daquela Instituição bancária nos municípios de Enéas Marques, Planalto, Pérola do Oeste - agências, Salgado Filho, São Jorge d'Oeste, Verê - postos avançados e Pranchita e Renascença - seções externas.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Os municípios do Sudoeste paranaense envolvidos nas implicações das medidas administrativas editadas pela Diretoria Geral do Banco do Brasil S/A - que desaguarão no fechamento de agências, postos avançados e seções externas - receberam duríssimo golpe em sua economia, particularmente ligada às atividades agrícolas e pecuárias. Reclamava-se, no passado não muito distante, das enormes despesas colaterais a que, obrigatoriamente, se sujeitavam os produtores rurais pela necessidade de se deslocarem a outros centros para tratarem dos seus interesses financeiros e creditícios - por implicação consuetudinária ligados ao Banco do Brasil S/A.

Foi difícil e custosa a remoção desse apêndice restritivo - fruto de demorado, saudável e extenso trabalho político. Argua-se, outrossim, que a base das justificativas das antes citadas medidas administrativas da Diretoria Geral do BB frutifi-

caram da própria incontinência econômica do País, cujas regras mudaram de acordo com as flutuações de interesses que não alcança, os meios produtivos - especialmente os pequenos produtores, tornando inconsistente qualquer trabalho de planejamento - mesmo o incipiente.

Penalizar os pequenos municípios e pequenos produtores rurais não significará, portanto, garantia da desejada economia administrativa preconizada, seja a curto, médio ou longo prazo e, sim, violar a própria estrutura do Banco do Brasil S/A que perderá certamente, bons clientes e prejudicará a economia brasileira - COMO UM TODO (considerada a extensão das medidas) ainda o verdadeiro sustentáculo da própria economia nacional.

Esperamos que os argumentos aqui explicitados possam ser estudados e analisados, acolhidos, enfim, com a desejada simpatia pelo que efetivamente representam, a fim de que as medidas possam ser sustadas e reabertas as agências, postos avançados e seções externas fechados, garantida a manutenção do atendimento a interesses dos municípios e pequenos produtores.

Mantida a situação gerada pelas medidas da Diretoria Geral do Banco do Brasil S/A., embora diluídos no geral os prejuízos com relação à Instituição, ficará marcada indelével e negativamente a economia localizada dos pequenos municípios, os únicos verdadeiros atingidos pela gravidade explícita das medidas.

REQUERIMENTO N° 278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HÉLIO SOUZA, ocorrido no dia 21 de fevereiro do corrente,

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos seguintes familiares:

MERCEDES LIA SOUZA (esposa)

Filhos:

Hélio Roberto Souza

Marisa Lia Madeira

Cesar Souza

Marina A.A.Cohene

Adraina Regina Souza

Rua Colombo, 254 ap. 202 - Ctba-Pr.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Leonardo Silvério Mendes,

ocorrido no município de General Carneiro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 66 anos, faleceu em General Carneiro o ex-Vereador daquele Município, Sr. Leonardo Silvério Mendes.

O extinto deixa viúva e filhos.

O passamento de Leonardo Silvério Mendes, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Leonardo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silvério Mendes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, na forma do art. 185, do Regimento Interno da Assembléia, seja incluído na Ordem do Dia da sessão plenária do dia 12 de março do corrente ano, o Projeto do Lei n. 28/91, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, imóvel no município de Foz do Iguaçu, para sede da APAE daquela Cidade, Projeto este em Regime de Urgência desde dia 04 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulação pela eleição da nova Diretoria da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas, no endereço: Av. Munhoz da Rocha, 1247 - Curitiba - PR.

ÁGIDE MENEGUETTE (Presidente)

MOACIR MIQUELETTI (Vice Presidente)

DÁRIO JOSÉ MAGNANI

GUERINO GUANDALINE

DIRCEU DUTRA GUERRA

VILSON FONTANELLA
 EULER GONÇALVES
 NIVALDO GEMIN (Secretário)
 RICARDO RODONSKI (2º Secretário)
 JOAO RODRIGUES BISCAIA (Tesoureiro)
 OSVALDO LEAL (2º Tesoureiro)

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Banco Bamerindus do Brasil S/A, pela restauração e reinauguração do Palácio Avenida, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 05 de março o Banco Bamerindus devolveu a Curitiba - e ao Paraná - um pouco da sua história. "Entregar à cidade o Palácio Avenida é manter vivo o sonho que ele encerra" - como bem justificou o Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Iniciado em 1926 e concluído a 24 de junho de 1929, o Palácio Avenida foi inaugurado em 04 de abril de 1929, quando passou a fazer parte, vivamente, da história desta Cidade, constituindo-se em palco de alguns dos mais importantes acontecimentos sociais, artísticos e culturais da capital paranaense.

Hoje, a sua reinauguração foi de igual forma brilhante, de uma magnificência indescritível, proporcionando à cidade um momento de rara importância: a reconciliação com a história, com a memória. O resgate com o que veio antes.

Adquirido pelo memorável e sempre - e cada vez mais - presente, Avelino Vieira, o Palácio Avenida foi preservado, restaurado, readaptado a uma cidade moderna, que entretendo não esquece seu passado.

Decidido pela restauração, o trabalho teve o acompanhamento próximo de dona Maria Christina de Andrade Vieira, esposa de nosso Senador, que dedicou-se verdadeiramente para que o sonho fosse revivido na sua mais ampla e bela forma. E o foi.

A reinauguração do Avenida foi marcada pela presença de algumas das nossas mais importantes e ilustradas figuras, culminando com a belíssima - primorosa - apresentação da OSINPA - Orquestra Sinfônica do Paraná, com a ópera "O Barbeiro de Sevilha", de Rossini e, pela primeira vez em público, a "Sinfonia n. 36, em Dó Maior-Linz".

É simplesmente impossível descrever a suprema beleza da apresentação de nossa

Orquestra Sinfônica regida pelo Maestro Osvaldo Colarusso, de forma incorrigível, razão pela qual aplausos de todo o público presente, em pé.

Também em pé todos aplaudimos o nosso Palácio Avenida, o Banco Bamerindus que nos proporcionou seu resgate, o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, que como Presidente daquela conceituada instituição financeira deu impulso à realização do sonho, e à dona Maria Christina de Andrade Vieira, que coordenou de forma tão digna os trabalhos.

Que esta homenagem seja estendida a todo o pessoal que trabalhou na restauração: arquitetos, engenheiros, pedreiros e demais profissionais, e, principalmente, ao nosso Povo, que agora na esquina da Av. XV de Novembro com a Luiz Xavier, vê em pé, de novo um edifício que abriga pedaço da nossa memória.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de ofício ao Secretário dos Transportes do Governo do Paraná, para que tome providências junto ao setor competente, no sentido de que os idosos, com mais de 65 anos, portadores da carteira de identidade nacional específica, tenham livre acesso nas linhas de ônibus interurbanos, conforme facultam as Constituições Federal e Estadual.

Sala das Sessões em 11.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido grande o número de queixas, de companheiros com mais de 65 anos, portadores de carteira de identidade, especificando sua idade e que não conseguem transitar livremente nas linhas interurbanas da Região Metropolitana de Curitiba. Alegam que lhe pedem documentos específicos, emitidos por órgãos das empresas, o que fere dispositivo constitucional.

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Presidência da SANEPAR, no sentido de promover o fornecimento de água aos moradores do Jardim Dom Bosco, situado próximo ao Campo do Santana, na Cachimba.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tivemos contato com o presidente da

Associação dos Moradores do Jardim Dom Bosco, Sr. Benedito Martiniano da Silva, (residente à Rua 3, n° 9, do citado Jardim) que reclama a ausência de água na maioria das ruas do Jardim Dom Bosco. Sentem também a ausência de rede de esgoto e saneamento, mas em regime de urgência é fundamental que a água seja levada aos moradores.

REQUERIMENTO N° 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de congratulações às mulheres, pela comemoração da passagem do "Dia Internacional da Mulher", no dia 08.03.91.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A mulher, como ser humano igual ao homem nas suas lutas, angústias e aspirações, tem um papel importante na constituição da sociedade mundial. Reconhece-se a sua participação relevante na família, na empresa, no trabalho produtivo e no equilíbrio de uma comunidade igualitária.

A mulher que me gerou, aquela que me acompanha na minha vida, aquela que trabalha no campo, na fábrica, na escola, no comércio, em casa ou em qualquer outro lugar, a ela rendo minhas homenagens e meu respeito.

REQUERIMENTO N° 287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Francisco Deliberador Neto, MD Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos para a construção da ponte sobre o rio Xambrê, na Estrada Yara, ligando o Distrito de Nilza, no Município de Iporã, e o Município de Francisco Alves.

Do aprovado, requer-se ainda o envio de comunicação ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, e ao Senhor Vereador da Câmara Municipal, Moysés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alcení Guerra, MD Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam

viabilizados recursos financeiros, via convênio, para a construção de um mini-hospital para o município de Douradina.

Requer ainda, o envio de correspondência ao ilustre Prefeito Municipal, Ângelo Vicentin, e ao Sr. Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A saúde pública com o procedimento da municipalização, entregou às prefeituras encargos pesadíssimos para arcar.

As expectativas da população mais pobre, aumentam em níveis inadmissíveis, exigindo do poder público municipal criatividade, organização e determinação para enfrentar os problemas sociais, especialmente da saúde.

A construção de mini-hospitais, postos de saúde, entre outras obras, visa aparelhar as secretarias municipais de forma que possam, descentralizando os serviços, atender a demanda e amenizar um pouco o sofrimento de uma população cada vez mais doente e empobrecida.

REQUERIMENTO N° 290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alcení Guerra, MD Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros, via convênio, para a construção de um mini-hospital para o município de Nova Olímpia Douradina.

Requer ainda, o envio de correspondência ao ilustre Prefeito Municipal, Germano Salvador Bergamaschi, e ao Sr. Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A saúde pública com o procedimento da municipalização, entregou às prefeituras encargos pesadíssimos para arcar.

As expectativas da população mais pobre, aumentam em níveis inadmissíveis, exigindo do poder público municipal criatividade, organização e determinação para enfrentar os problemas sociais, especialmente da saúde.

A construção de mini-hospitais, postos de saúde, entre outras obras, visa aparelhar as secretarias municipais de forma que possam, descentralizando os serviços, atender a demanda e amenizar um pouco o sofrimento de uma população cada vez mais doente e empobrecida.

REQUERIMENTO N° 292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceni Guerra, MD Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros, via convênio, para a construção de um mini-hospital para o município de Icaraíma.

Requer ainda, o envio de correspondência ao ilustre Prefeito Municipal, Pedro Sérgio Martins, e ao Sr. Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A saúde pública com o procedimento da municipalização, entregou às prefeituras encargos pesadíssimos para arcar.

As expectativas da população mais pobre, aumentam em níveis inadmissíveis, exigindo do poder público municipal criatividade, organização e determinação para enfrentar os problemas sociais, especialmente da saúde.

A construção de mini-hospitais, postos de saúde, entre outras obras, visa aparelhar as secretarias municipais de forma que possam, descentralizando os serviços, atender a demanda e amenizar um pouco o sofrimento de uma população cada vez mais doente e empobrecida.

REQUERIMENTO N° 293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceni Guerra, MD Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros, via convênio, para a construção de um mini-hospital para o município de Maria Helena.

Requer ainda, o envio de correspondência ao ilustre Prefeito Municipal, Waldique Bispo Pereira, e ao Sr. Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A saúde pública com o procedimento da municipalização, entregou às prefeituras encargos pesadíssimos para arcar.

As expectativas da população mais pobre, aumentam em níveis inadmissíveis, exigindo do poder público municipal criatividade, organização e determinação para enfrentar os problemas sociais, especialmente da saúde.

A construção de mini-hospitais, postos de saúde, entre outras obras, visa aparelhar as secretarias municipais de forma que possam, descentralizando os serviços, atender a demanda e amenizar um pouco o

sofrimento de uma população cada vez mais doente e empobrecida.

REQUERIMENTO N° 296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual de Douradina EPSG, em Douradina.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual Almirante Tamandaré - EPG, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual Nísia Floresta, EPG, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes pre-

juízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual Anchieta Ensino de 2° Grau, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino E.E. Teotônio Vilela, Ensino de 1º Grau, em Assis Chateaubriand.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal e ao Sr. Reinaldo Freitas (R. Pres. Costa e Silva, 505 - Assis Chateaubriand).

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino E.E. Prof. Lúcia Alves Schoffen, em Altônia.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Altônia.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes

cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Alberto Pinto de Carvalho, MD Superintendente da FUNDEPAR-SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual Malba Tahan, em Altônia.

Do aprovado, requer o envio do solicitado aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alu-

hos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja viabilizada, através de autorização, a implantação do "Projeto Minha Gente", em Umuarama.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O requerido visa dotar o Município de Umuarama, cidade pólo de uma grande região, de um programa exemplar na área social, como o projeto acima citado.

Criado pelo Governo Federal - LBA, o Programa visa garantir o direito à população de baixa renda, o acesso a programas de assistência social.

Ele corresponde a um conjunto de obras e ações de promoção e assistência social, visando proporcionar o atendimento integrado da criança, da família e do idoso em sua própria comunidade.

Umuarama enquadra-se nas características exigidas pelas diretrizes do Programa, nos critérios básicos para sua implantação e por certo ao ser aquinhado com a decisão de Vossa Senhoria, servirá de exemplo para o Paraná pelo sucesso que, com certeza, o projeto obterá.

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Associação do Clube de Mães de Umuarama - LOVAT.

Do aprovado, requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os

setores para as famílias carentes do município de Umuarama - Lovat. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama - Lovat vem encontrando, pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para o Lar São Vicente de Paulo, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Lar São Vicente de Paulo vem encontrando, pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Creche Menino Deus, de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Menino Deus vem encontrando, pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA, de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA vem encontrando, pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Sra. Amélia de Almeida Hruschka, MD Superintendente Regional da LBA, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para o Lar Batista Paranaense, de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Umuarama,

Alexandre Ceranto.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Lar Batista Paranaense vem encontrando, pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação de seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, do conteúdo do discurso proferido pelo Dr. Marco Antônio de Oliveira Fatuch, Presidente do Centro de Convenções de Curitiba, no dia 10.03.91.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações pela eleição da nova diretoria da FETARP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Requer, ainda, que se dê ciência às seguintes pessoas, no endereço citado: Av. Silva Jardim, 775, Curitiba-PR.

Diretoria

ANTÔNIO LÚCIO ZARANTONELLO (Presidente)

IRANI PEREIRA CARDOSO

MAURO LÚCIO RODRIGUES

ANTENOR BENI (Atual Presidente)

ADEMIR MUELLER

MÁRIO PLEFK

JOSÉ XAVIER NETO

Suplentes

URBANO PIONTKIENVICZ

ATAÍDE MARANHO

ALEONSO LOPES DA SILVA

ADELINO FEDRIGO

ILTON IRINEU DA SILVA

BENEDITO CAETANO DE OLIVEIRA

ORLANDO PETERLINI

Conselho Fiscal

OLÍVIO BERTELLA

TILO NODARI

ANTÔNIO CARLOS MARTINI

Suplentes

JAIR JOSÉ ZATTA
WILSON DE SOUZA SILVA
JOSÉ FLORENTINO MENDES

Delegados Confederativos

ANTÔNIO LÚCIO ZARANTONELLO
ANTENOR BENI
MÁRIO PLEFK

Suplentes

IRANI PEREIRA CARDOSO
ADEMIR MUELLER
JOSÉ XAVIER NETO

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando ampliação de mais seis salas de aula, na Escola Maestro Bento Mossurunga, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Dita escola, encontra-se situada no Jardim Europa, atendendo alunos de primeiro grau, de primeira à oitava séries, num total de 500 alunos. Porém, face à extensa população estudantil, está deixando de atender grande número de crianças, por não comportar matrículas das populosas vilas que a circundam.

Há necessidade de ampliação de mais quatro salas de aula, a fim de corresponder à demanda de matrículas existentes nas Vilas: Cipa, Pinheiro, Belém, Guaíra, Pina, além do Jardim Europa. E mais duas salas, sendo uma para o laboratório de ciências e a outra para a supervisão.

REQUERIMENTO N° 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação do 2° Grau na Escola Professor Dr. Collares, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, advém da necessidade de expansão de ensino público, haja vista abranger, entre outras, as seguintes Vilas: Oficinas, Maria Otília, Cipa, Jardim Europa, Pinheiro, Guaíra, Vendrami, Cará Cará e Parque Vila Velha.

Com efeito, cumpre salientar que abrange uma população estudantil estimada

em vinte mil, e a estrutura física do edifício escolar comporta tal ampliação.

A verdadeira sociedade democrática, traz como elemento indispensável a facilidade da educação do seu povo, hoje, privilégio de alguns.

É preciso ampliar e racionalizar o ordenamento educacional, para possibilitar o livre acesso, sem custos, às nossas crianças.

REQUERIMENTO N° 314

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia fez entrega, na última semana, de honrarias nos graus de comendador e cavaleiro, a personalidades do Estado e do Brasil que vêm contribuindo no trabalho de ação social. Além do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, receberam a comenda a Senhora Edith Pizzatto, Paula Pedroso do Amaral, o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, o ex-ministro Luiz Carlos Borges da Silveira, Américo Marques Dias, Mário Queiroz, Félix do Rego Almeida e Irmã Dulce, da Bahia, todos no grau de comendados.

Na mesma ocasião foram homenageados o Provedor Engenheiro Ivo Arzua Pereira, como Grão-Mestre; Edmundo Giostri, D. Pedro Fedalto, Paulo Roberto Franzon e o Padre Virgílio Lopes, no grau de mestre maior. João Zenon de Ferreira Bandeira, Cidadão Honorário do Paraná, recebeu a comenda de chanceler.

Como Cavaleiro-Mor, também foram agraciados o Dr. Lauro Grein Filho, o Prof. Ary de Christan e o Ir. Vidal. Como cavaleiro também obtiveram referência o Frei Guido Depiné e o arcebispo D. Pedro Fedalto.

O que queremos, com o presente, é cumprimentar todas essas pessoas extraordinárias que colaboram para que a Santa Casa continue desenvolvendo o maravilhoso trabalho que faz pelas pessoas carentes de Curitiba.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados, na sede da Santa Casa de Misericórdia.

REQUERIMENTO N° 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, segunda, em 11.03.91

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, reiterando a solicitação referente a liberação de recursos para a reconstrução da Escola Rural Estadual "Francisco Soares", na localidade de Vila Nova, município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Voltamos com a preocupação de reiterar nosso pedido feito anteriormente, sobre a necessidade da reforma da Escola Rural Estadual "Francisco Soares", da localidade de Vila Nova, município de Rio Azul, cuja edificação encontra-se em péssimo estado de conservação.

É precária a situação da referida escola, sem nenhum conforto para os alunos.

Considerando-se que o município de Rio Azul é nitidamente agroindustrial, é necessário que se dê um mínimo de conforto para os alunos que freqüentam a Escola Rural Estadual "Francisco Soares", da localidade de Vila Nova, município de Rio Azul, dando-se um mínimo de apoio aos jovens estudantes.

REQUERIMENTO N° 276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, reiterando solicitação anterior referente a liberação de recursos para reconstrução da Escola Rural Estadual "Três de Maio", na localidade de Rio Azul dos Soares, município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na busca do fortalecimento das atividades e funcionamento normal da Escola Rural Estadual "Três de Maio", da localidade de Rio Azul dos Soares, município de Rio Azul, voltamos novamente ao assunto para reivindicar da Excelentíssima Senhora Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Educação, no sentido de determinar providências urgentes na reparação da referida Escola, para proporcionar ambiente mais adequado aos alunos que ali freqüentam.

REQUERIMENTO N° 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação,

solicitando autorização de funcionamento do ensino noturno de 1° grau da 5.ª à 8.ª séries na Escola Maestro Bento Mussurunga em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Na escola, estão matriculados no período matutino e vespertino um total de 500 alunos de primeiro grau, além de tantas dispensas por falta de espaço físico.

O período noturno hoje é uma necessidade, haja vista, possibilitar não só o trabalho do aluno, como também o aspecto da baixa renda familiar não permitir acesso a escola particular, impossibilitando desse modo, a freqüência ao banco escolar.

REQUERIMENTO N° 269-A

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente do Poder Legislativo ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, solicitando a construção de uma passarela ou trincheira nas proximidades da Nickel do Brasil e outra da Igreja Católica do Atuba, na BR-116.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação tem o fim específico de criar instrumento a fim de eliminar o risco de acidentes e atropelamentos naquelas localidades.

Os números de ocorrências dessa natureza são bastante elevados, conforme poderá ser verificado junto ao departamento rodoviário policial.

Segundo nos informam os moradores - que há muito tempo pleiteam as obras - já foram efetuados estudos pelo DNER para balizar a viabilidade da construção. Entretanto, nenhuma providência efetiva foi tomada.

Confiantes nas medidas da competente equipe técnica do DNER, aguardamos informações a cerca da possibilidade de atendimento, bem como nos colocamos neste Poder, em disponibilidade para o encaminhamento de ações políticas voltadas à realização da obra.

Que do teor do presente seja dado conhecimento ao Senhor Dalaor Ribeiro, morador à Rua Rocha Pombo, n° 48, Atuba, município de Colombo, CEP 83.400.

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio ao nome do Professor e Contabilista VILIAN DE PAULA, para o cargo de

Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - 9.^a Região.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI, NELSON GARCIA, ÉLIO RUSCH, ANTÔNIO ANNIBELLI, DOMINGOS CARVALHO, ARLINDO TROIAN, LUIZ ANTONIO SETTI, COSTENARO NETO, EMÍLIA BELINATI, ALGACI TÚLIO, HEINZ HERWIG, COLOMBINO GRASSANO, HERMAS BRANDÃO, DUÍLIO GENARI, LOURENÇO FREGONESE, ROSSONI, JOSÉ ARTUR RICCI e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os contabilistas constituem, hoje, a maior classe de profissionais liberais do País - aproximadamente trinta mil - sendo que o Paraná é o quinto Estado que apresenta o maior número deles.

Esta categoria reuniu-se no dia 27 de fevereiro próximo passado para escolher, em lista tríplice, os nomes que concorreriam ao cargo de Juiz Classista.

Nesta ocasião o Professor VILIAN DE PAULA obteve mais de 80% (oitenta por cento) dos votos, comprovando seu excelente relacionamento e o respeito de que goza entre seus colegas profissionais.

Isto não nos causa espanto, por tratar-se de um homem sério, no exercício da profissão há mais de vinte anos, oferecendo fartas demonstrações de dedicação e correção.

Como professor, elaborou estudos que culminaram na mudança do ensino de contabilidade nos estabelecimentos paranaenses de ensino, reconhecendo-a como instrumento de aplicação e ciência de inigualável valor.

Sua vida íntegra e reputação ilibadíssima - ao lado do crédito classista - o credenciam para concorrer e ocupar o cargo, desenvolvendo as elevadas funções de Juiz Classista.

Que do teor do presente seja dada ciência, por telex, ao Excelentíssimo Senhor MM. Juiz Presidente do TRT-9.^a Região.

REQUERIMENTO N° 273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, propor votos de congratulações aos integrantes da nova Diretoria do Clube dos Jornalistas Políticos do Paraná, eleita na última sexta-feira, a saber: Presidente, Roseli Abrão; Vice-Presidente, Clovis Stadler de Souza; 1.^a Secretária, Silvia Calciolari; 2.^o Secretário, Ricardo Rodrigues.

Com efeito, em movimentada assembléia geral, os profissionais da imprensa política paranaense decidiram escolher, entre si, os novos dirigentes da entidade fundada pelo jornalista Liones Rocha, que está

se transferindo para Brasília. Cabe-nos augurar que a nova Diretoria mantenha o Clube dos Jornalistas Políticos operoso e independente, no exercício da missão fundamental da imprensa de porta-voz da sociedade democrática que todos aspiramos.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o augusto Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A. e ao Superintendente Regional do Banco do Brasil S.A., solicitando dos mesmos o não fechamento da sessão externa daquela instituição financeira em Mercedes, no município de Marechal Cândido Rondon, bem como a transformação da mencionada sessão externa em posto de serviço.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Banco do Brasil, reconhecidamente, exerce uma função social de imensurável valor, estando presente e apoiando a economia nacional onde ela se dá verdadeiramente, nos mais variados rincões de nossa Pátria, integrando-as ao sistema financeiro.

A manutenção das unidades do Banco do Brasil são imprescindíveis a essas localidades que, dentre outros, apresentam o fator de terem na agricultura sua principal base econômica, tendo no Banco do Brasil o principal agente financiador desse segmento da economia.

Neste sentido, solicitamos o envio de expediente às autoridades inicialmente apontadas manifestando nossa posição contra o fechamento das unidades anunciadas, com especial atenção à sessão externa em Mercedes, no município de Marechal Cândido Rondon.

Neste particular, vale lembrar a iminência da elevação à condição de município daquela localidade, motivo pelo qual apresenta-se conveniente a transformação da mencionada sessão externa para posto de serviço.

Requeremos, também, que do presente, após aprovado, seja dado conhecimento à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, através de seu Presidente.

Acreditamos, em vista do exposto, na aprovação unânime do presente, haja vista tratar-se de aspiração legítima de uma parcela da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO N° 283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, com o intuito da criação e instalação do ensino de 5.^a a 8.^a séries no Distrito Administrativo de Apiaba, pertencente à municipalidade de Imbituva.

São muitos os que, ao término do curso primário, ficam obrigatoriamente impedidos de darem prosseguimento aos estudos, exatamente pela falta de uma escola nesse nível, assim como as dificuldades no deslocamento até à sede, culminando com inelutáveis desistências, cerceando o acesso ao saber.

Considerando a prioridade para com a educação, é fundamental a adoção de medidas que ponham fim à aludida questão, para a qual se espera dessa Pasta o pronto encaminhamento.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 286

Senhor Presidente.

O Deputado CARLOS SIMOES, infra-assinado, no uso de suas atribuições submete à apreciação da Assembléia, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, nos termos da seguinte proposição:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1 - qual efetivamente a participação acionária e financeira do Estado na construção da Ferroeste;

2 - quais os critérios técnicos oferecidos pelas concorrentes na licitação pública que definiu as construtoras vencedoras da mesma;

3 - quanto aos custos financeiros totais, até então orçados, se de órgãos nacionais ou internacionais; quem vem arcando efetivamente com estes custos atualmente; sendo a Ferroeste uma empresa de capital privado e o Estado acionista minoritário, está realmente custeando as obras até o momento, sem a participação financeira dos demais acionistas; quais as garantias de ressarcimento oferecidas pela empresa Ferroeste;

4 - as pesquisas, e/ou estatísticas previstas oferecem dados suficientes para garantir o sucesso financeiro de tal empreendimento; quais são esses dados;

Se, efetivamente, a construção desta ferrovia é prioridade para o Estado, e se as vantagens oferecidas aos paranaenses justificam, em dados reais, críticas da imprensa local e nacional.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

Os constantes pedidos e reclamações que temos recebido de cidadãos paranaenses de diversos municípios, com relação a escolas, postos de saúde, estradas, transportes, enfim, uma série de atividades ligadas ao Estado que se mostram deficientes e não têm merecido maiores atenções dos órgãos competentes, nos levam a questionar uma obra de tal envergadura, onde já existem tantas estradas asfaltadas e se esquece de municípios tão próximos que sequer estrada têm para escoar sua produção.

Não somos contrários, efetivamente à construção desta estrada, mas achamos que deve se priorizar coisas consideradas menores mas que atendem realmente os anseios dos Paranaenses, que estão sem casas, sem saúde, sem escola, e quando reclamam o Estado diz não ter dinheiro.

Se não há dinheiro realmente, pode o Estado financiar empresas particulares em milhões de dólares? Não poderia então, construir a sonhada Rodovia da Laranja, ligando Rio Branco do Sul ao Município de Cerro Azul? Construir escolas técnicas, integrais e dar condições de saúde aos demais paranaenses também?

A prioridade deve ser o Estado como um todo, não a realização de um sonho de alguns poucos.

A imprensa crítica, os técnicos financeiros são omissos, seremos omissos também? Nós, os representantes do Povo? Não, precisamos saber, conhecer e questionar as decisões que afetam a saúde financeira do Estado. Este é nosso dever.

REQUERIMENTO N° 295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja, no mais curto espaço de tempo, determinadas providências para efetivar a instalação de dois distritos policiais na 7.^a SDP - de Umuarama.

Do aprovado, requer-se, ainda, o envio de comunicação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal - Alexandre Ceranto; ao Dr. Massashi Mariushi, Mui Digno Vice-Prefeito; ao Dr. Jorge Cesar Ajuz, Digno Delegado da 7.^a SDP.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

É sabido que a marginalidade prolifera onde a Educação, o emprego e a estabilidade da família deixam de ser componentes de fácil alcance para uma sociedade.

A crise que abala o País, especificamente as cidades do interior cuja popula-

ção sobrevive da cultura do campo e se deparam com dificuldades terríveis para o plantio, colheita, e comercialização de seus produtos, tem se agravado pelo empobrecimento cada vez maior dos chefes de família que desempregados, não têm condições de oferecer saúde, educação, alimentação, vestuário e até mesmo moradia para seus filhos, fazendo com que o desespero leve-os a prática do furto, do roubo e até mesmo de ações mais violentas, pois se encontram desorientados, desagregados, sem perspectivas, portanto, marginalizados da sociedade.

O índice de criminalidade tem aumentando sensivelmente, e bem sabemos que para combater esse mal, não basta somente construir cadeias, aumentar a segurança, tornar mais rígido o código penal, ou outra medida terminal, mas sim devemos nos preocupar com a raiz, as razões que levaram um pai de família a este ou estes atos extremos.

É preciso que a sociedade como um todo (Governo e Sociedade Civil), se responsabilizem em encontrar soluções para oferecer uma vida digna aos seus componentes, com melhores empregos, maiores salários, pois com isso, a família irá ter acesso à educação, saúde, se alimentar melhor e produzir mais.

No entanto, paralelamente a isso, como esse ideal não chega, é preciso proteger àqueles que mesmo com dificuldades tentam levar uma vida decente, honesta e com sacrifício conseguem se manter, daqueles desajustados, desordeiros que infringem a ordem e a lei, adequando o aparato policial de acordo com as necessidades e o crescimento demográfico da região.

Umuarama, Senhor Presidente, é município polo de uma região com 25 municípios, considerado como um dos polos industriais mais importantes do Estado,² tem uma extensão territorial de 2.911 Km² e uma população que já beira os 130 mil habitantes. Faz divisa com 12 destes municípios no Estado e com o Mato Grosso do Sul.

O Governo do Estado mantém em Umuarama uma Subdivisão Policial, comandada pelo Dr. Jorge César Ajuz, com 70 efetivos.

REQUERIMENTO N° 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos para a Delegacia de Polícia de Iporã, para reequipar, reformar e melhorar as condições daquele órgão do Estado, no município.

Do aprovado, requer ainda, envio de expediente ao ilustre Prefeito Municipal, ao Vereador Moisés Mendes e a Vereadora Professora Zilda Vicente Pereira, do município de Iporã.

(Câmara Municipal de Iporã - Rua Pedro A. Cabral, 2707 - CEP 87.560).

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Polícia de Iporã possuem atualmente dois veículos, um Gol e um Chevette, ambos em péssimas condições de uso e conservação, não havendo combustível suficiente para a utilização dos mesmos. O prédio se encontra necessitando urgente de reforma, na sua pintura, nos móveis, e a falta de mais uma linha telefônica.

Portanto, Senhor Presidente, sem veículos, sem combustível, sem aparelhagem suficiente, não pode a segurança de uma comunidade ser garantida.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 20/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PATO BRAGADO:

"Tem como ponto inicial e final, a Foz do Rio Branco no Lago de Itaipu, antigo leito do Rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Branco até encontrar a desembocadura da Sanga Carachan, sobe por esta até a sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46 (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22° perímetro até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, segue pela Sanga Biriva até a sua Foz no Arroio Fundo, desce pelo Arroio Fundo até a ponte na Estrada Porto Britânia Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o Arroio Marreco, desce pelo Rio São Francisco até a sua Foz no Lago Itaipu no Rio Paraná, pelo Talvegue do Rio Paraná até a sua Foz do Rio Branco, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) ÉLIO RUSCH

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 21/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização

de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste:

"Começa no Lago de Itaipu, partindo sentido Norte-Sul, pelo Arroio Felicidade até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha no sentido Oeste-Leste até encontrar o Rio São Francisco, descendo por este sentido Leste-Oeste até encontrar o Lago de Itaipu, descendo pelo mesmo em sentido Nordeste-Sudoeste, até a Barra do Arroio Felicidade, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Inicia na Foz do Rio São Francisco, no Lago do Itaipu. Do ponto inicial sobe o Rio São Francisco até a divisa da Fazenda Britânia, deste ponto pela referida divisa até o encontro com o Arroio Felicidade, desce pelo mesmo até a sua foz no Lago de Itaipu, seguindo pelo antigo leito do Rio Paraná (atual Lago de Itaipu até a foz do Rio São Francisco).

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ENTRE RIOS DO OESTE:

Tem como ponto inicial e final o entroncamento da Rua São Francisco com a Rua Demétrio Ribeiro. Segue pela Rua Demétrio Ribeiro até a Rua Araguaia, por esta até a Rua General João Manoel, por esta até a divisa da Chácara 87 (exclusive) até a rua suburbana, por esta até a Rua São Francisco, por esta até o entroncamento da Rua Demétrio Ribeiro, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) ÉLIO RUSCH.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 45/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Recuperação do Alcoolatra", com sede e foro na Comarca de Andirá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamto: Domingos Carvalho, Heinz Herwig, Dirceu Manfrinato, Algaci Túlio e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Recuperação do Alcoolatra" criada em 27 de março de 1979, no município de Andirá, Estado do Paraná, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem por finalidade a luta contra o alcoolismo, através da recuperação dos viciados pela psicoterapia de grupo.

A entidade, pelas suas atividades dentro da sociedade, galgou o respeito da comunidade, sendo declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 625, de 22 de agosto de 1979.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 46/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suprimido o parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 9.264/90, de 24 de maio de 1990.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem a finalidade de suprimir o parágrafo único do artigo primeiro da lei Estadual nº 9.264/90 de 24 de maio de 1990. Tal Lei isentou o pagamento das taxas para confecção de Cédula de Identidade, junto ao Instituto de Identificação, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense.

Lamentavelmente, por um lapso gerado numa informação imprecisa, a Lei deixou de beneficiar os estrangeiros naturalizados que, segundo a Constituição, têm os mesmos direitos de brasileiros natos.

Tem, portanto, a presente proposição, a intenção de corrigir a distorção que gerou o alijamento dos naturalizados ao benefício da gratuidade na confecção de Cédula de Identidade.

Na verdade, apenas os estrangeiros não naturalizados ou em processo de naturalização é quem têm identidade especial e esses são atendidos, quando da expedição dos documentos de identificação, pela Polícia Federal.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 47/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento

de taxas, selos e emolumentos para expedição de segunda via de Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito, os maiores de sessenta e cinco anos, residentes em território paranaense.

Parágrafo Único - Para o efeito desta lei, deverá constar, no documento requerido, assento do beneficiário tratado no "caput" deste art. ou, em caso de Certidão de Óbito, do seu cônjuge.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Tem esta proposta o sentido de isentar os paranaenses, maiores de sessenta e cinco anos, do pagamento de taxas, selos e emolumentos quando da expedição de segunda via das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito.

O que nos inspirou na apresentação deste projeto, foi a necessidade de buscar a eliminação dos obstáculos colocados à efetivação dos direitos desse segmento garantidos na Constituição

Recentemente foi promulgada Lei Estadual isentando os idosos do pagamento da taxa para a confecção da Cédula de Identidade, a fim de garantir esse propalado acesso. Contudo, isto não eliminou os custos impostos a esses cidadãos - muitos dos quais aposentados recebendo míseras pensões e aposentadorias.

As certidões são exigência do Instituto de Identificação para confecção da nova cédula instituída por portaria do ex-Presidente José Sarney, destinada aos maiores de 65 anos.

Conceder esta gratuidade defendida no projeto é garantir a inteireza das conquistas desses contingente da população, estranhamente, condicionadas à confecção de um novo documento.

Parece-nos que, conceder esta insenção é efetivar o compromisso que nós, parlamentares, temos com a promoção da pessoa idosa, facilitando-lhe o acesso aos seus direitos, principalmente àqueles que nós mesmos, em Assembléia Constituinte, asseguramos.

É a justificativa.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 48/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a Lei Complementar dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná.

**CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º - O Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros será executado pelo Estado ou outorgado, na forma desta lei, a empresas particulares, aqui denominadas transportadoras.

Art. 3º - Não está sujeito às disposições desta lei, o serviço realizado sem objetivo comercial por entidade pública ou particular.

Art. 4º - Compete ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER/PR, executar ou planejar, outorgar e fiscalizar a execução dos serviços de que trata esta lei, em rodovias federais, estaduais ou municipais.

**CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 5º - Para efeito de interpretação desta lei, entende-se por:

I - BAGAGEIRO - compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

II - BILHETE DE PASSAGEM - documento que comprova contrato de transporte com o adquirente;

III - COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO - relação entre os lugares ocupados e os lugares oferecidos;

IV - CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE DEMANDA - oscilação sensível do número de passageiros, em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais;

V - COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA - conjunto de fatores que incidem na fixação do custo da tarifa de transporte;

VI - CONCORRÊNCIA RUINOSA - aquela capaz de reduzir o coeficiente de utilização abaixo do estabelecido na composição tarifária;

VII - CONEXÃO DE LINHAS - realização de viagens em mais de uma linha com o mesmo veículo ou não e venda simultâneas de passagens correspondentes às linhas conectadas;

VIII - DEMANDA - volume de procura do serviço de transporte;

IX - FAIXA DE HORÁRIO - determinação de horário de partida a cada transportado-

Curitiba, segunda, em 11.03.91

ra na ligação efetuada por mais de uma com resguardo de intervalo mínimo entre elas, e estabelecimento de vagas para ampliação de frequência de cada transportadora;

X - FREQUÊNCIA - número de viagens em cada sentido, numa linha;

XI - HORÁRIO - momento de partida e chegada, determinada pelo órgão concedente;

XII - ÍNDICE DE DESEMPENHO - o "índice de desempenho" é a relação entre a soma de quilometragem dos percursos diários, constantes dos certificados de concessão e a "idade média" dos veículos-ônibus da frota acrescida da somatória ponderada das multas aplicadas à transportadora, tudo isso dividido por cem;

XIII - ÍNDICE DE LIQUIDEZ - relação entre o patrimônio líquido e o exigido, tomada para um determinado período;

XIV - ITINERÁRIO - via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem ou ponto geográfico conhecido;

XV - LETREIRO INDICATIVO - letreiro existente no pára-brisa do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado internamente à noite;

XVI - LINHA - ligação regular entre duas localidades que são pontos terminais, por itinerário, seccionamento e horários definidos;

XVII - LINHAS METROPOLITANAS - são as linhas intermunicipais que ligam dois pontos, um dos quais absorve, parcialmente, o mercado de trabalho do outro;

XVIII - MERCADO INTERMEDIÁRIO - núcleo de população, localizado ao longo de itinerário de linha, sem que constitua seus pontos terminais;

XIX - NÚCLEO - povoado;

XX - PERCURSO - distância percorrida na execução da linha;

XXI - PONTO DE APOIO - local para prestação de serviço de manutenção e socorro de veículo ou troca de tripulação;

XXII - PONTOS TERMINAIS - locais onde se inicia e completa a viagem de linha;

XXIII - PONTO DE PARADA - local de parada obrigatória na realização da viagem;

XXIV - PONTO DE SEÇÃO - limite de trecho compreendido pela seção;

XXV - SEÇÃO - serviço autorizado em trecho de itinerário, configurado no documento de outorga, com fracionamento do preço da passagem;

XXVI - TARIFA - preço fixado para o transporte de passageiros;

XXVII - TEMPO DE VIAGEM - tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e os de parada;

XXVIII - VIAGEM DIRETA - viagem executada com seção única;

XXIX - VIAGEM ESPECIAL - serviço eventual ou contínuo, sem caráter de linha regular;

XXX - VIAGEM MÚLTIPLA - viagem total da linha em horário autorizado na outorga, além da viagem ordinária;

XXXI - VIAGEM ORDINÁRIA - viagem total da linha no cumprimento do horário outorgado;

XXXII - VIAGEM EXTRAORDINÁRIA - viagem da linha em horário diferente dos outorgados, quando a transportadora for exclusiva na ligação ou nas faixas determinadas quando houver mais de uma transportadora efetuando a mesma ligação;

XXXIII - VIAGEM PARCIAL - viagem executada em parte do itinerário pela transportadora mediante autorização do DER/PR;

XXXIV - VIAGEM SEMIDIRETA - viagem executada com mais de uma seção em linhas seccionadas excluindo-se parte do seccionamento intermediário;

XXXV - VIAGEM REFORÇO PARCIAL - viagem eventual, executada em parte de itinerário, em horário de viagem ordinária, mediante comunicação ao DER/PR.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 6º - Para execução dos serviços previstos nesta Lei mediante outorga, o DER/PR, visando o interesse público, elaborará um Plano competente, divulgando-o amplamente.

Art. 7º - O Plano de que trata o artigo anterior, deverá obrigatoriamente, descri-

minar todas as linhas ou ligações existentes e estabelecer critérios para a implantação das ligações futuras, obedecendo os dispositivos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. Este Plano poderá ser revisto ou adaptado a critério do DER/PR, de modo a satisfazer as necessidades públicas.

Art. 8º - As diretrizes básicas para a implantação do Plano de que trata o art. 6º. para a outorga dos serviços, serão definidas pelo exame conjunto dos seguintes fatores:

I - real necessidade de transporte devidamente verificada por levantamentos estatísticos e censitários, adequados e periódicos;

II - possibilidade de exploração economicamente suficiente, aferida pelo coeficiente de utilização adotado na composição tarifária;

III - consideração do mercado de outros serviços, já em execução, outorgados pelo DER/PR ou nos limites das respectivas competências, por órgão federal ou municipal.

Art. 9º - Considerar-se-á atendido o mercado de transporte quando o coeficiente de utilização do serviço existente, verificado mediante procedimento estatístico, não for superior de 20% (vinte por cento) ao estipulado na composição tarifária.

§ 1º - quando não atendido o mercado, será elevado o número de transportadoras que o exploram, obedecido o critério de outorga desta lei;

§ 2º - quando condições excepcionais derem causa a maior demanda, o DER/PR autorizará a execução de viagem extraordinária, observada a tarifa vigente e horários pelo poder concedente;

§ 3º - quando condições excepcionais derem causa a maior demanda em parte do seccionamento da linha e a transportadora for exclusiva no seccionamento ou com prévia autorização do DER/PR, poderá a mesma executar viagem Reforço Parcial para suprir as necessidades, mediante emissão de comunicado, observando a tarifa vigente e os horários de viagens ordinárias.

CAPÍTULO IV DA OUTORGA DOS SERVIÇOS

Art. 10 - Os serviços para linha regular serão outorgados sob forma de concessão, mediante concorrência pública, para atender a implantação do Plano de que trata o art. 7º ou no cumprimento do § 1º do art. 9º.

Art. 11 - A concorrência será realizada decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) dias da primeira publicação do resumo do edital no Diário Oficial do Estado, contendo indicação aos interessados, para

a obtenção do texto integral e demais informações.

Parágrafo Único. - Elaborado o Plano de que trata o art. 6º, somente as ligações ou linhas que atendam aos critérios fixados pelo Plano, poderão ser outorgadas, mediante concorrência pública.

Art. 12 - O edital de concorrência conterá:

I - local, dia e hora da realização da concorrência;

II - indicação da autoridade que receberá as propostas;

III - local onde serão prestadas informações sobre a concorrência;

IV - disposições de apresentação da proposta;

V - valor, forma e modo de restituição de caução;

VI - características da ligação com especificação de:

a) número de transportadoras para exploração;

b) número de veículos necessários à operação;

c) itinerário;

d) seções;

e) pontos terminais e de parada;

f) extensão da linha;

g) frequência;

h) condições de piso da estrada;

i) tipo de serviço.

VII - capital integralizado mínimo;

VIII - condições mínimas de guarda e manutenção do equipamento, inclusive de serviços mecânicos próprios ou contratados, com capacidade para atender a fronta nos pontos terminais e, quando exigido, em pontos de apoio;

IX - prazo máximo para início dos serviços;

X - outras condições visando maior eficiência e comodidade dos serviços;

XI - critério para o julgamento da concorrência.

Critérios explícitos de julgamento da concorrência observado o disposto no art. 13, (décimo terceiro), consideradas as seguintes condições:

a) a concorrente execute ligações entre os terminais como seção de linha;

b) a concorrente execute linha entre os terminais por outro itinerário;

c) a concorrente percorra maior extensão como seção de linha;

d) a concorrente execute linha intermunicipal em parte do itinerário previsto;

e) a concorrente execute linha municipal em parte do itinerário a mais de 2 (dois) anos;

f) índice de desempenho.

Parágrafo Único. Serão eliminadas da

Curitiba, segunda, em 11.03.91

concorrência as transportadoras que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no Edital ou apresentarem informações incompletas ou de interpretação duvidosa.

Art. 13 - Será considerada vencedora da concorrência a transportadora que apresentar maior número de pontos nos critérios de julgamento previstos no art. 12, item XI.

Parágrafo Único Ocorrendo empate na contagem final de pontos, será proclamada vencedora a concorrente que satisfaça melhor as condições de precedência dos itens constantes do inciso XI, do art. 12, desta lei.

Art. 14 - A concessão dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos e será objeto de contrato, do qual observadas as normas desta lei, constarão, obrigatoriamente, cláusulas que determinem:

I - identificação das partes;

II - característica da linha, com especificação de:

a) número de veículos necessários para a operação;

b) terminal de linha;

c) itinerário e percurso;

d) seções;

e) frequência de viagens;

f) restrição existente.

III - valor do investimento mínimo;

IV - atendimento pela transportadora de requisição do DER/PR para garantir operação de serviços, em caso de suspensão temporária ou cassação de outras linhas, bem como para satisfazer condições de maior demanda, conforme o § 2º do art. 9º; terminação do art. 9º;

V - utilização de bens da transportadora, mediante requisição do DER/PR para garantir a continuidade dos serviços em caso de cassação da linha;

VI - valor da caução;

VII - demais condições operacionais e legais;

VIII - cláusula proibitiva do uso de fumo nos veículos;

IX - foro.

§ 1º - Para a assinatura do contrato, a transportadora deverá apresentar:

I - apólice do seguro de responsabilidade civil obrigatória;

II - apólice do seguro de acidentes pessoais;

III - certificado do registro e vistoria dos veículos;

IV - documentos autorizando ponto de embarque e desembarque nos terminais e ponto de parada que já sejam homologados ou termo de responsabilidade da concorrência que atenderá os requisitos mínimos exigidos no prazo de 30 (trinta) dias, da data da assinatura do contrato;

V - outros documentos exigidos por lei ou pelo DER/PR;

§ 2º - A não apresentação desses documentos, implicará na sua automática desclassificação, convocando-se aquela que, na concorrência, classificou-se imediatamente após.

Art. 15 - Firmado o contrato, o DER/PR expedirá ordem para o início dos serviços e fornecerá o respectivo certificado de concessão, para manutenção obrigatória nos terminais, agências e no interior dos veículos.

§ 1º - O certificado de concessão conterá as seguintes especificações:

a) nome da transportadora;

b) número do seu registro junto ao DER/PR;

c) número da linha, indicação dos seus terminais, seções e itinerário;

d) horários de partida e de chegada nos terminais e pontos de seção e de parada;

e) restrição existente.

§ 2º - A concessão será prorrogada em adiamento por períodos de dez (10) anos, a requerimento da transportadora, que deverá dar entrada no DER/PR, até noventa (90) dias antes do seu término, mediante documentação exigida por Lei ou pelo DER/PR, e decisão favorável do órgão concedente.

Art. 16 - A concessão é condicionada a uma carência de dois anos computado no prazo global, durante o qual será observada a capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora.

§ 1º - Comprovada a incapacidade administrativa e/ou técnico-operacional, em processo regular, a concessão ficará resolvida com perda da caução e sem direito a indenização de qualquer espécie.

§ 2º - Durante o período de carência e mediante autorização do DER/PR, poderá ser transferida para outra transportadora, participante da concorrência, cuja concessão seja objeto da transferência, por ordem de classificação.

Art. 17 - Vencido o prazo de carência da concessionária, poderá a mesma, mediante autorização do DER/PR, transferir a concessão a terceiros, desde que ocorra a venda concomitante de veículos, instalações e equipamentos correspondentes, ficando a sucessora na sua nova concessão, sujeita ao art. 16.

Art. 18 - No período de vigência do contrato, não será permitido nenhum tipo de paralisação dos serviços, salvo nas hipóteses previstas nesta lei para este caso.

§ 1º - A requerimento da transportadora, poderá ser cancelada a linha, ficando automaticamente extinto o Contrato de Con-

cessão.

§ 2º - No cancelamento ou rescisão contratual, poderá o DER/PR autorizar, provisoriamente, outra transportadora para atender o mercado até a realização de concorrência pública.

Art. 19 - Na mesma ligação, pelo mesmo itinerário, não poderão ser concessionárias transportadoras com vínculo de interdependência.

Parágrafo Único - Configurar-se-á interdependência quando:

I - uma das transportadoras, por si, seus sócios, cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da outra;

II - a mesma pessoa exerça, simultaneamente, nas transportadoras, função de direção, seja qual for o título ou denominação.

Art. 20 - Na vigência do contrato e após o período de carência, serão admissíveis por aditamento, as seguintes alterações na concessão:

I - fusão de duas ou mais linhas;

II - prolongamento de linha, em razão de transferência de um de seus terminais;

III - encurtamento de linha, em razão da transferência de um de seus terminais;

IV - mudança de itinerário;

V - inclusão e exclusão de pontos de seção.

§ 1º - As medidas a que se referem os itens II a V, serão efetivadas mediante aditamento contratual.

§ 2º - Na concessão da fusão de linhas rescindir-se-ão os contratos das linhas originárias procedendo-se a lavratura de novo, com prazo de vencimento idêntico àquele estabelecido no mais antigo vínculo contratual envolvido no procedimento que a transportadora mantenha com o DER-PR.

Art. 21 - A fusão de duas ou mais linhas intermunicipais poderá ser deferida, desde que satisfaça todas as seguintes condições:

I - sejam executadas pela mesma transportadora;

II - não houver outra transportadora executando a linha resultante, mesmo como seção de linha;

III - não ocorra prejuízo no atendimento aos mercados intermediários.

IV - não resulte em concorrência ruínoza a outra transportadora que execute a ligação resultante mesmo que por outro itinerário.

Art. 22 - O prolongamento de linha poderá ser deferido desde que satisfaça as seguintes condições:

I - a distância entre o terminal final e o da localidade objeto da solicitação não seja superior de 20% (vinte por cento) da extensão do itinerário original da

linha;

II - inexista linha regular ligando, entre si, os terminais da linha resultante, ainda que por outro itinerário;

III - que sejam mantidos os seccionamentos originais da linha.

Art. 23 - O encurtamento da linha poderá ser deferido, desde que satisfaça as seguintes condições:

I - a localidade prevista como novo terminal, seja ponto de seção da linha originária;

II - o antigo terminal não fique privado de transporte, ainda que indiretamente;

III - inexista serviço regular ligando, entre si, os terminais da linha resultante, ainda que por outro itinerário.

Art. 24 - A alteração do itinerário decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada, trecho melhorado ou itinerário que possibilite o atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, garantirá à transportadora que explora os mercados dos terminais e mantidos os terminais anteriores, a concessão de linha pelo novo itinerário, desde que:

I - se obrigue a também executar a linha pelo antigo itinerário, assegurando o atendimento das localidades intermediárias;

II - não se estabeleça, com a alteração do itinerário, a exploração de mercados dos pontos iniciais e terminais intermediários já servidos diretamente por outra transportadora no itinerário pretendido.

Parágrafo Único - Não se dará mudança de itinerário da linha cujo objetivo principal é servir mercado intermediário, quando os terminais já se encontrem atendidos por itinerários que possibilitem serviços mais confortáveis ou econômicos aos usuários.

Art. 25 - A inclusão do ponto de seção em linha existente, poderá ser autorizada a requerimento da transportadora ou "ex-offício", desde que a demanda assim o justifique e as seções pretendidas não estejam situadas em trecho sob restrição contratual.

Parágrafo Único - A exclusão de ponto de seção poderá ser deferida a requerimento da transportadora ou "ex-offício", desde que a demanda de passageiros assim o justifique ou por atendimento de outra linha.

Art. 26 - É dispensável de concorrência:

I - serviço auxiliar de apoio rodoviário, na forma do art. 66;

II - serviço complementar na forma do art. 52, durante a vigência do contrato e

vencido o prazo de carência a que se refere o art. 16;

III - para execução de serviço eventualmente contratado, destinado a atender necessidade de classe ou grupo em seus deslocamentos obrigatórios, sem que seja caracterizado como linha e de livre escolha do contratante, por período determinado;

IV - regularização de linhas municipais, em intermunicipal, em decorrência de desmembramento de municípios.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS TRANSPORTADORAS

Art. 27 - Toda transportadora que execute Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros, deverá obrigatoriamente ser registrada no DER/PR.

§ 1º - O DER/PR fornecerá à transportadora certificado contendo seu número de registro;

§ 2º - O número de registro da transportadora, obrigatoriamente constará na parte externa dos veículos, em locais, cores e características determinadas pelo DER/PR.

Art. 28 - O requerimento para registro deverá estar acompanhado da seguinte documentação:

I - instrumento constitutivo, arquivado na Junta Comercial do Paraná, no qual conste, como um dos objetivos, a execução de transporte coletivo intermunicipal de passageiros;

II - comprovação de capital registrado de valor mínimo correspondente ao de 02 (dois) veículos-tipo adotados na composição tarifária vigente;

III - comprovação de que se acha integralizado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital registrado;

IV - título de identidade e provas de regularidade perante a legislação eleitoral e militar dos proprietários, diretores ou sócios gerentes, quando se tratar de sociedade;

V - declaração dos proprietários, dos diretores ou sócios gerentes afirmando sob as penas da lei, não terem sido definitivamente condenados pela prática de crimes cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a função ou cargos públicos, por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, suborno, concussão ou peculato, crimes contra a economia popular e a fé pública;

VI - prova de propriedade de no mínimo 02 (dois) veículos-tipo;

VII - prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

VIII - outras provas exigidas por lei ou pelo DER/PR.

§ 1º - Toda alteração que venha a

ocorrer com a transportadora, que implique na modificação do conteúdo dos documentos referidos neste artigo deverá ser comunicado ao DER/PR, no prazo máximo de dez (10) dias.

§ 2º - Independentemente do previsto no parágrafo anterior, serão renovados anualmente os documentos referidos nos itens IV, V, VI e VII.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 29 - Pela prestação do serviço, o usuário pagará à transportadora o preço individual da passagem, de acordo com a tarifa aprovada pela autoridade competente.

Art. 30 - Na composição do preço da passagem baseado em serviço eficiente, serão considerados em todos os seus componentes, os custos operacionais da manutenção, administração, de vendas e fiscais, à justa remuneração do investimento, juro do capital, depreciação do imobilizado, inclusive o equipamento de reserva do exigido pelo DER/PR, o valor correspondente ao seguro de acidentes pessoais, a aplicação do coeficiente de utilização, bem como outros componentes necessários, acrescidos de dois por cento (2%) sobre o preço de cada passagem de característica rodoviária, referente à Taxa de Contribuição para o Melhoramento do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - TMTC, cuja finalidade é aparelhar o órgão gerenciador de meios eficazes de fiscalização do sistema;

§ 1º - Na composição do preço das passagens para serviços, com características metropolitanas não serão considerados os tributos do ICMS, TMTC e do Seguro de Acidentes Pessoais;

§ 2º - A taxa de contribuição para melhoramento do transporte coletivo intermunicipal de passageiros, de que trata este artigo, deverá ser recolhida pela transportadora, até o trigésimo (30º) dia do mês subsequente ao da sua arrecadação;

§ 3º - A base de cálculo da taxa mencionada no "caput" do parágrafo anterior, se constituirá no somatório da receita da venda das passagens intermunicipais rodoviárias, auferidas pela transportadora, decorrente da venda ao usuário, dos bilhetes de passagens;

§ 4º - Fica sujeita à atualização monetária e aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, não capitalizável, a taxa que alude o § 2º deste artigo, não recolhida no prazo estabelecido no mesmo dispositivo, inclusive o valor decorrente da multa prevista no inciso VII do art. 88;

I - para os efeitos deste parágrafo

serão observados os mesmos coeficientes utilizados para a atualização monetária do imposto que se refere a Constituição da República Federativa do Brasil;

II - considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora, o mês subsequente ao que expirar o prazo de pagamento.

Art. 31 - Para possibilitar eficiente composição, o DER/PR poderá estabelecer plano-padrão de contas para escrituração das transportadoras e modelos de impressos para registro.

§ 1º - A transportadora é obrigada a fornecer ao DER/PR:

I - até 31 de julho de cada ano, o balanço e a conta de lucros e perdas do exercício anterior, devidamente legalizados;

II - os dados estatísticos solicitados;

III - os elementos contábeis indispensáveis ao cálculo tarifário, exigidos pelo DER/PR.

§ 2º - Sempre que julgado necessário, poderá ser efetivado pelo DER/PR o exame da escrituração da transportadora, para verificação da exatidão das informações prestadas.

Art. 32 - Periodicamente o DER/PR, poderá promover o estudo para revisão das tarifas, que entrarão em vigor após aprovação.

§ 1º - A revisão de que trata este artigo poderá ser feita a requerimento da entidade de classe dos trabalhadores, devidamente fundamentada.

§ 2º - Em caráter excepcional e por decisão do Secretário dos Transportes, poderá haver revisão tarifária, respeitado o disposto no § 1º do art. 30.

Art. 33 - O pagamento de que trata o art. 29 será feito mediante aquisição do respectivo bilhete de passagem, que será emitido em pelo menos duas vias, uma das quais ficará definitivamente em poder do passageiro.

Parágrafo Único - Desde que previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, poderá o DER/PR permitir a emissão de bilhetes de passagem por processo mecânico, eletrônico ou similar.

Art. 34 - Constarão obrigatoriamente das passagens:

I - Nome, endereço da transportadora e seu número de registro no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

II - número do bilhete, série e sub-série da numeração, conforme o caso;

III - local e data da emissão;

IV - data e horário da viagem;

V - número da poltrona;

VI - origem e destino da viagem;

VII - preço;

VIII - número da linha ou serviço;

IX - nome e endereço da impressora do bilhete e número do respectivo registro no CGC (MF);

X - quantidade de bilhete, número de ordem do primeiro e do último bilhete impresso, com série e sub-série;

XI - mês e ano da impressão.

Parágrafo Único. Na emissão de passagens, para passageiros intermediários, é dispensável o preenchimento do item V.

Art. 35 - É vedado o transporte de passageiro sem que porte o mesmo, seu bilhete de passagem, salvo nas hipóteses previstas na Lei;

§ 1º - É assegurada a viagem gratuita de crianças até 6 (seis) anos de idade, que não ocupem assento.

§ 2º - Para o pessoal da transportadora sem função a bordo, a passagem poderá ser substituída por um passe de uso interno.

Art. 36 - A passagem emitida com data e hora marcadas perderá sua validade caso não tenha sido utilizada para a viagem prevista;

Art. 37 - Antes do horário de partida a transportadora aceitará a transferência ou a desistência de viagem, observados os seguintes prazos:

I - 3 (três) horas, nas linhas com percurso inferior a 100 (cem) quilômetros;

II - 6 (seis) horas, nas linhas com percursos entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) quilômetros;

III - 12 (doze) horas, nas linhas com percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros.

Parágrafo Único - No caso de desistência, o passageiro será reembolsado em 90% (noventa por cento) do preço da passagem.

Art. 38 - A venda de passagem será efetivada obrigatoriamente pela transportadora:

I - em suas próprias agências;

II - por intermédio de agências nos terminais;

III - por intermédio de agência de viagem autorizada;

IV - no próprio veículo;

V - em outros locais devidamente autorizados.

Parágrafo Único. Nos casos previstos nos incisos II e III a transportadora poderá pagar a título de comissão pela venda de passagem, até o máximo de 10% sobre o valor da passagem.

Art. 39 - A passagem será vendida pelo preço exato, determinado pelo DER/PR, sem qualquer desconto ou acréscimo não previsto nesta lei.

§ 1º - Independentemente do Seguro de Responsabilidade Civil, as transportadoras são obrigadas a proporcionar Seguro Facul-

tativo de Acidente Pessoal, por conta do interessado.

§ 2º - As taxas de embarque ou utilização de terminais, de uso de balsas ou "ferry-boats" e de pedágio, deverão ficar destacadas nas tabelas de preços, explicitamente, bem como nos bilhetes de passagem, após homologação do DER/PR.

§ 3º - O prêmio de Seguro de Acidentes Pessoais, após homologado pelo DER/PR, poderá ser cobrado, desde que figure de modo destacado e explícito no corpo da passagem.

Art. 40 - Ao passageiro é segurado:

I - cobertura por acidentes pessoais;

II - transporte gratuito de um volume nos bagageiros, desde que não exceda de trinta (30) quilogramas, e de outro que se adapte perfeitamente ao porta embrulhos interno.

§ 1º - A transportadora só será responsável pelo extravio ou danificação de volumes, como figurado no item II e até o limite de três (3) vezes o valor da UPFPR, mediante comprovante do talão de bagagem.

§ 2º - A transportadora é obrigada a proporcionar aos passageiros mediante o pagamento do respectivo prêmio, seguro que cubra o valor excedente ao estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - É facultado à transportadora cobrar até 10% (dez por cento) do valor da passagem por volume que exceda ao estabelecido no item II deste artigo, mediante comprovante.

§ 4º - Não é permitido o transporte de animal ou produto que possa comprometer a segurança e o conforto dos passageiros.

Art. 41 - Nenhuma transportadora, direta ou indiretamente, por si ou por seus prepostos, agentes ou intermediários, ainda que empresa de turismo ou propaganda, poderá conceder descontos, passagens de cortesia, abatimentos ou qualquer tipo de redução sobre as tarifas, bem como distribuir prêmios.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I DO REGIME

Art. 42 - Os serviços serão executados obedecendo padrão técnico-operacional estabelecido pelo DER/PR.

Art. 43 - A transportadora observará os horários e os itinerários aprovados, conduzindo os passageiros e respectivas bagagens ao ponto de destino.

Parágrafo Único - É vedado o acesso a localidade situada fora do eixo rodoviário percorrido, salvo se existir ponto de seção devidamente aprovado.

Art. 44 - Os horários das viagens or-

dinárias e extraordinárias poderão ser alterados e a frequência aumentada ou diminuída, "ex-offício" ou a requerimento da transportadora, para atender às condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - O requerimento para aumentar ou diminuir a frequência de viagem, deverá conter justificativa que demonstre a necessidade do pedido.

§ 2º - Explorando mais de uma transportadora a mesma ligação, serão estabelecidos intervalos de horários evitando-se a sobreposição dos mesmos.

§ 3º - A transportadora poderá executar viagens múltiplas nos horários das viagens ordinárias, para atender a oscilação da demanda, mediante emissão de comunicado.

§ 4º - A transportadora poderá executar viagem de reforço parcial em parte do itinerário, para atender a oscilação de demanda, desde que não exista outra empresa executando a mesma ligação.

Art. 45 - O DER/PR fixará o tempo de duração da viagem, de suas etapas e da duração de suas paradas.

Parágrafo Único - Ressalvado em seccionamentos autorizados, é proibida a parada para embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 46 - A interrupção da viagem, decorrente de falha operacional, acidente do veículo ou outro motivo de força maior, será objeto de comunicação da transportadora ao DER/PR, no prazo máximo de 24 horas.

§ 1º - A interrupção da viagem de que trata este artigo, ensejará ao passageiro, por conta da mesma, alimentação, pousada e transporte até o destino da viagem.

§ 2º - O cumprimento das obrigações estabelecidas neste artigo e seu § 1º, não exime a transportadora das penalidades a que estiver sujeitas.

Art. 47 - Na execução dos serviços, o veículo portará letreiro indicativo, iluminado à noite, contendo a procedência e destino da viagem.

Art. 48 - Na execução de viagem direta ou semi-direta, o veículo portará placa indicativa no pára-brisa direito.

Art. 49 - Na execução dos serviços de que trata esta lei, não será admitido excesso de lotação.

Art. 50 - Considera-se lotado quando o número de passageiros for igual à capacidade constante do Certificado de Vistoria, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1º - Admite-se passageiros em pé, até o limite de trinta por cento (30%) da capacidade do veículo, em linhas com percurso inferior de 150 (cento e cinquenta) quilômetros e tempo de viagem inferior a 3

(três) horas, cuja finalidade principal seja atender movimento intermediário.

§ 2º - O limite de lotação poderá ser alterado a critério do DER/PR para maior ou menor, considerando-se as peculiaridades do serviço, os períodos de excesso da demanda, ou em caso de prestação de socorro.

Art. 51 - Será recusado o transporte ao passageiro, quando:

- I - em visível estado de embriaguês;
- II - portador de moléstia contagiosa, sintomas de alienação mental ou de intoxicação de drogas;
- III - demonstrar comportamento incivil;
- IV - apresentar-se em trajes ofensivos à moral pública;
- V - comprometer a segurança, conforto ou a tranqüilidade dos demais passageiros;
- VI - a lotação do veículo estiver completa;
- VII - não se identificar quando exigido.

Parágrafo Único. É proibido o uso de fumo nos veículos de transporte de passageiros, devendo o infrator, caso se negue ao cumprimento do disposto neste artigo, ser retirado do veículo, se necessário, com a intervenção policial, de acordo com a Lei Estadual nº 02/80.

Art. 52 - A requerimento da transportadora ou "ex-offício", poderão ser estabelecidos os seguintes serviços complementares, o que não implica no reconhecimento de concessão independente:

- I - ramal, em período e horário determinado, para atender núcleo fora do itinerário normal, a critério do DER/PR, não havendo outro meio de transporte coletivo;
- II - viagem direta em linha, sem prejuízo da viagem regular, desde que não exista outro serviço direto servindo a ligação pelo mesmo itinerário;
- III - viagem semi-direta, em linha sem prejuízo da viagem regular, desde que não exista outro tipo de serviço semi-direto servindo a ligação pelo mesmo itinerário;
- IV - serviços especiais, com utilização de veículos tipo ônibus executivo, ônibus leito e microônibus;
- V - viagem parcial, cobrindo parte dos seccionamentos para os casos de maior demanda, desde que não exista linha regular executando a ligação resultante, até que se revele o mercado autônomo;
- VI - conexão de linhas da mesma transportadora, não havendo linhas servindo a ligação resultante;

§ 1º - Para os serviços previstos neste artigo, o DER/PR fornecerá certificado próprio para as suas operações podendo ser cancelados a requerimento da transportadora ou "ex-offício".

§ 2º - Fica vedada da autorização para

fusão, encurtamento e alteração de itinerários nos serviços previstos neste artigo.

§ 3º - No serviço ramal, poderá ser autorizada a requerimento da transportadora ou "ex-offício" a operação ponto de seção, na forma do art. 24.

SEÇÃO II

DAS LINHAS METROPOLITANAS

Art. 53 - Para as linhas com características metropolitanas vigorarão as cláusulas da presente lei, desde que não colidam com os estabelecidos nesta Seção.

Art. 54 - Serão exigidos para estas linhas, veículos com duas portas, mediante controle de passageiros através de relógio marcador (catraca).

Parágrafo Único - Para estes serviços não se aplicarão as disposições dos artigos 33, 34, 35, 36 e 40.

Art. 55 - Para facilidade de identificação do passageiro, o letreiro do itinerário conterà, obrigatoriamente, o nome do local, da origem do mercado de trabalho.

Art. 56 - A lotação admitida será a capacidade normal do veículo mais 6 (seis) passageiros por metro quadrado do espaço da área livre do veículo, devendo ser indicado em local visível aos passageiros, a lotação admitida de passageiros sentados e em pé.

Art. 57 - No início do serviço a fiscalização poderá ordenar a substituição do veículo que não apresente em condições de higiene, perfeito funcionamento e segurança.

Art. 58 - Os motoristas e cobradores serão obrigados ao uso do crachá para identificação junto aos passageiros.

Art. 59 - Após o término do prazo de carência, as linhas com características metropolitanas, poderão ser prolongadas, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I - a inexistência de linha de outra transportadora ligando os terminais pretendidos, pelo mesmo itinerário;
- II - que seja mantido o seccionamento original da linha.

SEÇÃO III

DOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E DE APOIO RODOVIÁRIO

Art. 60 - Os pontos terminais e de parada somente serão utilizados pelas transportadoras, após devidamente homologados pelo DER/PR.

Parágrafo Único - Tal homologação será conferida aos pontos que ofereçam requisitos de segurança, higiene e conforto.

Art. 61 - Todo terminal a ser instalado ou construído, deverá ter seu projeto

submetido a prévia autorização do DER/PR, e os existentes deverão ser adaptados aos requisitos do artigo 60 e seu parágrafo único.

Art. 62 - Os pontos de parada serão dispostos ao longo do itinerário, para assegurar, no curso das viagens e no tempo devido, alimentação, conforto e repouso aos passageiros e tripulação.

Parágrafo Único - A transportadora deverá fornecer ao DER/PR, todos os elementos descritivos dos pontos de parada, em uso ou que pretenda usar, para a competente homologação.

Art. 63 - Para segurança e normalidade das viagens, a transportadora é obrigada a dispor de serviço de manutenção e socorro próprios ou contratados.

Art. 64 - Será admitida e reconhecida como auxiliar de transporte coletivo de passageiros a execução autônoma de apoio rodoviário, consistente na prestação dos seguintes serviços que dependerão de prévia aprovação do DER/PR.

I- para veículos:

- a) socorro nas rodovias, executado por equipamento apropriado;
- b) assistência mecânica de revisão e reparo;
- c) manutenção em geral;
- d) guarda.

II - para passageiros:

- a) refeição e lanches;
- b) local para uso gratuito dos que conduzem suas refeições;
- c) instalações sanitárias;
- d) outras instalações visando o conforto o bem-estar dos passageiros;
- e) comunicação telefônica urbana e interurbana, sempre que possível;

III - para transportadora:

veículo para a condução dos passageiros, em caso de interrupção da viagem, resultante de acidente ou avaria;

- b) edificação que disponha de plataforma e cobertura para os veículos, oferecendo condições de segurança e comodidade para o embarque de passageiros;
- c) agência para a venda de passagem;
- d) escritório para administração;
- e) depósito para almoxarifado;
- f) dormitório e refeitório para motorista e outros prepostos;
- g) assistência técnico-operacional, visando a regularidade e a segurança da viagem;
- h) telecomunicação.

Art. 65 - A empresa de prestação de serviço de apoio rodoviário deverá requerer seu reconhecimento ao DER/PR, apresentando:

- I - contrato ou estatuto social;
- II - localização e plantas de seus Prédios;

III - relatório descritivo de suas instalações;

IV - relatório sobre os serviços que prestará;

V - relação do equipamento de que disponha, especialmente, veículos de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Compete à Empresa manter atualizados os documentos acima, perante o DER/PR.

Art. 66 - O reconhecimento de empresa de apoio rodoviário dar-se-á, apenas, para efeito de registro e fiscalização de suas atividades, não estabelecendo qualquer relação contratual e, verificado o não atendimento da finalidade a que se destina, será cancelada.

Art. 67 - O contrato de locação de serviços com empresas de apoio rodoviário, devidamente homologado pelo DER/PR, fará prova do cumprimento das exigências previstas:

I - na letra "e" do item VI e do item VIII do art. 12;

II - no item VI do parágrafo primeiro do art. 14.

Art. 68 - É vedado à transportadora fazer ou aceitar propaganda nos veículos e nos pontos terminais, de parada ou de seção, não se considerando como tal, as informações sobre os serviços autorizados e outras de interesse público.

SEÇÃO IV

DO PESSOAL DAS TRANSPORTADORAS

Art. 69 - A transportadora adotará processo adequado de seleção e aperfeiçoamento de seu pessoal, especialmente dos elementos que desempenham atividades relacionadas com o público e a segurança do transporte.

Art. 70 - O DER/PR poderá exigir o afastamento de qualquer preposto que, em apuração sumária, assegurado o direito de defesa, for considerado culpado de grave violação de dever previsto nesta lei ou condenado por crime.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser determinado imediatamente em caráter preventivo, até o prazo de vinte (20) dias, enquanto se processar a apuração sumária.

Art. 71 - O regime de trabalho da tripulação, observadas as Leis Trabalhistas, será regulado em normas complementares.

Art. 72 - O pessoal da transportadora, cujas atividades são exercidas em contato com o público, deverá:

- I - conduzir-se com atenção e urbanidade;
- II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado em serviço;
- III - manter compostura;
- IV - dispor conforme a atividade que

desempenhe, conhecimento sobre as rodovias percorridas e os serviços prestados pelas transportadoras.

Parágrafo Único- A transportadora enviará ao DER/PR os tipos e cores do uniforme que adotará para o seu pessoal.

Art. 73 - Sem prejuízo do cumprimento dos demais deveres previstos na legislação de trânsito e no artigo 72 deste regulamento, os motoristas são obrigados a:

I - dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto dos passageiros;

II - não movimentar o veículo sem que estejam fechadas as portas e saídas de emergência;

III - esclarecer aos passageiros, quando no veículo, as características dos serviços;

IV - como medida de segurança, não permitir que os passageiros permaneçam embarcados na ocasião de abastecimento do veículo, passagem em barcas ou balsas e em lugares considerados de trânsito perigoso;

V - não fumar quando em atendimento ao público;

VI - não ingerir bebida alcoólica em serviço ou quando estiver próximo o momento de assumi-lo;

VII - não se afastar do veículo no momento de embarque ou desembarque de passageiros;

VIII - indicar aos passageiros, se solicitado, os respectivos lugares;

IX - diligenciar na obtenção de transporte para os passageiros, no caso de interrupção de viagem;

X - providenciar refeição e pousada para os passageiros, na hipótese de atraso da viagem, nos casos previstos no § 1º do art. 46;

XI - prestar à fiscalização os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

XII - exibir à fiscalização e entregar contra recibo, os documentos de habilitação do veículo, da linha e outros que forem por lei exigidos;

XIII - fiscalizar o fiel cumprimento do disposto pelo parágrafo único do art. 51, solicitando intervenção policial se for o caso.

Art. 74 - Aos despachantes, agentes comissionados ou não e demais membros da tripulação do veículo, além da observância ao disposto no art. 72, compete:

I - auxiliar o embarque e desembarque dos passageiros, especialmente senhoras, crianças, pessoas idosas e outras com dificuldade de locomoção;

II - diligenciar pela manutenção da ordem e limpeza do veículo;

III - proceder a carga e descarga de bagagem, salvo nos terminais e paradas que disponham de pessoal próprio;

IV - colaborar com o motorista em tudo

que diga respeito à comodidade, segurança dos passageiros e regularidade da viagem;

V - não fumar quando em atendimento ao público;

VI - não ingerir bebida alcoólica em serviço ou quando estiver próximo o momento de assumi-lo;

VII - alertar os passageiros no sentido de ser evitado o esquecimento de objetos no veículo, entregando-os caso tal se verifique, à administração da transportadora.

SEÇÃO V DOS VEÍCULOS

Art. 75 - Serão utilizados no serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, veículos-tipo ônibus, observadas características e especificações técnicas fixadas pelo DER/PR.

§ 1º - A utilização do veículo com mais de 10 (dez) anos de fabricação, não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) da frota da transportadora.

§ 2º - A idade média da frota deverá se situar, obrigatoriamente, na faixa de zero (0) a sete (7) anos.

§ 3º - Não serão admitidos, para inclusão na frota, veículos com mais de quinze (15) anos de fabricação.

§ 4º - Em serviço cuja distância entre os terminais não ultrapasse setenta e cinco (75) quilômetros, poderá ser autorizada a utilização de veículo com poltronas fixas.

§ 5º - Implemento como, poltrona-leito, sanitário e outros, visando o maior conforto dos passageiros, poderão ser exigidos ou admitidos pelo DER/PR, cabendo-lhe especificar em cada caso as condições mínimas necessárias, inclusive quanto a redução do número de lugares.

§ 6º - A critério do DER/PR, considerada a rodovia ou o mercado, comprovada a impossibilidade de adoção de veículo-tipo, poderá ser autorizada a utilização de outro, com capacidade ou característica inferior que ofereça condição de segurança.

Art. 76 - Anualmente a transportadora apresentará junto ao DER/PR inspeção ordinária dos veículos registrados, quanto as condições de conforto e segurança, face às exigências legais.

§ 1º - Apresentada a inspeção ordinária, será expedido certificado de Inspeção pelo DER/PR a ser fixado no interior do veículo, em local de fácil visualização.

§ 2º - Independente da Inspeção ordinária em qualquer época e sem ônus para a transportadora, poderá o DER/PR realizar inspeção nos veículos, determinando a retirada de tráfego àqueles não aprovados.

§ 3º - Excepcionalmente e quando for-

Curitiba, segunda, em 11.03.91

mulada exigência que não impeça a utilização do veículo, poderá ser expedido Certificado Provisório.

§ 4º - Não será permitida a utilização de veículo sem Certificado de inspeção.

§ 5º - Observadas as disposições do artigo 76 e seus parágrafos ressalvada a proibição contida no parágrafo anterior, poderá a transportadora utilizar os seus veículos em quaisquer de suas linhas.

Art. 77 - As disposições de cores, logotipos e símbolos utilizados nos veículos, serão obrigatoriamente diferenciados para cada transportadora, e deverão ser aprovadas pelo DER/PR.

§ 1º - Nos veículos somente serão admitidas inscrições aprovadas e em lugares pré-fixados pelo DER/PR.

§ 2º - Na incorporação de transportadora, cumprir-se-á o disposto neste artigo, no prazo de noventa (90) dias, contados da data do deferimento do processo de alteração.

Art. 78 - Será obrigatória a colocação no interior do veículo, em lugar visível, de quadro com os nomes dos tripulantes.

Art. 79 - A fiscalização poderá determinar, nos terminais, pontos de apoio e de parada, o procedimento de limpeza, reparo ou substituição do veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento ou de segurança.

Art. 80 - O DER/PR manterá o registro de veículos das transportadoras.

Art. 81 - A transportadora para obter registro de veículo, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) certificado de propriedade;
- b) certificado ou bilhete de seguro previsto em Lei;
- c) documento de licenciamento;
- d) outras exigências emanadas da Lei ou do DER/PR.

Art. 82 - A transportadora comunicará ao DER/PR, mediante comprovante, quando da ocorrência das seguintes alterações referentes ao veículo:

- a) venda, danificação total ou baixa definitiva;
- b) troca de carroceria;
- c) alteração de suas características técnicas.

Art. 83 - A frota da transportadora, deverá ser constituída de tantos veículos-tipo quanto forem necessários para a operação de suas linhas, mais uma reserva de no mínimo vinte por cento (20%).

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 84 - O infrator aos preceitos desta lei, está sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, caso exista:

- I - multa;
- II - advertência;
- III - suspensão da execução dos serviços;
- IV - cassação da autorização ou concessão;
- V - declaração de inidoneidade.

Parágrafo Único - Quando da prática da infração resultar ameaça à segurança dos passageiros, será, quando cabível e sem prejuízo da penalidade a ser aplicada, determinada a retenção do veículo.

Art. 85 - Cometida simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-á penalidade correspondente a cada uma delas.

Art. 86 - As multas serão aplicadas em dobro e progressivamente, quando dentro do período de 12 (doze) meses for caracterizada a reincidência na mesma infração.

Art. 87 - A autuação não desobriga o infrator a corrigir imediatamente a falta que lhe deu origem.

Art. 88 - As multas por infração desta lei serão fixadas em base percentual sobre a Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPFPR, obedecida a seguinte graduação:

I - vinte por cento (20%), nos casos de infração das obrigações determinadas para o pessoal das transportadoras, nos artigos 72, 73 e 74 desta lei, e nos casos de:

- a) inobservância de horário;
- b) transporte de pessoas nas condições enumeradas no artigo 51, exceto o seu parágrafo único;
- c) transporte de bagagem ou encomenda fora dos lugares que lhe são destinados;

II - trinta por cento (30%), nos seguintes casos:

- a) retardamento ou atraso nos terminais, do horário de partida;
- b) inobservância ao disposto no artigo 46;
- c) falta de limpeza no veículo, no momento da partida;
- d) recusa ao embarque e desembarque de passageiros nos pontos aprovados, sem motivo justificado;
- e) transporte de passageiros sem a emissão do respectivo bilhete de passagem;
- f) transporte de animais, plantas, aves e produtos que comprometem a segurança ou o conforto dos passageiros e, em desacordo com a legislação aplicada;
- g) ausência no veículo das legendas obrigatórias ou existência de inscrições não autorizadas;
- h) ausência no veículo, em serviço, do Certificado de Vistoria de concessão ou de autorização;
- i) alteração dos pontos de parada sem autorização;
- j) inexistência ou ocultação do Livro

à que se refere o artigo 100;

k) modificação de horários ordinários, sem autorização;

l) ausência nos terminais e agências do Certificado de Concessão ou de Autorização;

m) retenção da via do bilhete de passagem destinada ao passageiro;

n) não fornecimento do comprovante do despacho de bagagem ao passageiro;

o) inobservância ao disposto no artigo 40.

III - Cinquenta por cento (50%), nos seguintes casos:

a) recusa ou dificuldade do transporte dos servidores do DER/PR, incumbidos da fiscalização, devidamente credenciados;

b) incontinência pública da conduta, por qualquer preposto da transportadora que mantenha contato com o público;

c) defeito ou falta de equipamentos obrigatórios;

d) interrupção de viagem por falta de elementos essenciais à operação do veículo;

e) retardamento da entrega de elementos estatísticos ou contábeis exigidos.

IV - Cem por cento (100%), nos seguintes casos:

a) transporte de passageiros em número superior à lotação autorizada;

b) retardamento no fornecimento de transporte para os passageiros, ou omissão das providências previstas no art. 46, § 1º;

c) manutenção em serviço, de prepostos cujo afastamento tenha sido exigido, na forma do art. 70;

d) cobrança, a qualquer título, de importância não autorizada;

e) inobservância dos artigos 82 e parágrafo único do art. 51;

f) venda de mais de um bilhete de passagem, na mesma viagem;

g) inobservância ao disposto no artigo 37 e seu parágrafo único;

h) inobservância ao disposto no artigo 54;

V - trezentos por cento (300%), nos seguintes casos:

a) alteração do itinerário sem autorização ou justa causa iminente;

b) inobservância ao parágrafo único do artigo 43;

c) omissão de viagem, salvo caso fortuito ou força maior;

d) recusa no fornecimento de elementos estatísticos ou contábeis;

e) ausência no veículo de licença para viagem especial;

f) inobservância do regime de trabalho fixado para a tripulação do veículo, na forma do artigo 71;

g) alteração do preço da passagem;

h) deixar de atender seccionamento;

i) utilizar veículo fretado ou cedido por transportadora, sem autorização do DER/PR, salvo em caso de socorro;

j) executar viagem em horário não autorizado;

k) inobservância do artigo 107;

l) desacato a fiscalização;

m) utilização em serviço de veículo com vistoria vencida;

n) conexão de linhas sem autorização.

VI - Quinhentos por cento (500%), nos seguintes casos:

a) executar linha, explorar seção ou operar sem autorização, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei;

b) manutenção em serviço de veículo cuja retirada de tráfego tenha sido exigida;

c) adulteração do Certificado de Vistoria, de Concessão, de Autorização, sem prejuízo das penalidades previstas nos arts. 91 e 95;

d) suspensão parcial ou total dos serviços, sem autorização, salvo hipótese do art. 46;

e) violação do lacre das catracas, em ônibus de linha metropolitana.

VII - cem por cento (100%) do valor que deixou de ser recolhido, em caso de inobservância ao disposto no § 2º do art. 30.

Parágrafo Único - As concessionárias operadoras do vale-transporte estarão sujeitas ao pagamento de multa correspondente a quinhentos por cento (500%) da UPFPR, sempre que, consoante as normas que regulam a espécie, deixarem de informar ao DER/PR, mensalmente o volume de vales-transporte emitidos, comercializados e utilizados no mesmo período.

Art. 89 - A multa deverá ser recolhida pela transportadora no Tesouro do Estado, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que lhe foi dado conhecimento da decisão final, proferida em processo regular, de rito contraditório, instaurado na forma da regulamentação específica a ser procedida segundo o disposto no art. 97.

Art. 90 - Sem prejuízo da multa cabível, a retenção do veículo ocorrerá nos seguintes casos:

I - não conduzir ou portar adulterados os Certificados de Vistoria, de Concessão ou de Autorização;

II - portar Certificado de Vistoria vencido;

III - deixar de oferecer as condições de segurança exigidas;

IV - não apresentar as condições de limpeza e de conforto exigidas;

V - apresentar o motorista, sinais de

embriaguez;

VI - não corresponderem as características do veículo com a tarifa para tal estipulada.

§ 1 - A retenção dos veículos, nos casos dos incisos I, II, IV e VI, será efetuada nos terminais e nos casos dos incisos III e V, em qualquer ponto do percurso, e perdurará enquanto não forem corrigidas as irregularidades.

Art. 91 - A pena de advertência será aplicada expressamente, sem prejuízo das multas cabíveis, nos casos de reincidência na prática da mesma infração, dentre as previstas nos incisos V, alíneas A, B, C, G, H, J, M e VI, alíneas A, C e D, do art. 88.

Parágrafo Único - A pena de advertência será aplicada, ainda, quando não recolhida a multa nos prazos a que se refere o art. 89.

Art. 92 - A pena de suspensão de linha será aplicada quando:

I - na reincidência, após ter sido aplicada por três (03) vezes, na vigência do contrato, a pena de advertência, na prática da mesma infração, na forma do art. 91;

II - na reincidência, após ter sido aplicada por seis (06) vezes, na vigência do contrato, a pena de advertência, na prática de quaisquer infrações, na forma do art. 91.

Parágrafo Único - A suspensão de execução da linha será aplicada, por período de até trinta (30) dias, em época determinada pelo DER/PR, que deverá prover a continuidade dos serviços.

Art. 93 - A pena de cassação de concessão ou de autorização, aplicar-se-á, nos seguintes casos:

I - inexecução do serviço durante cinco (5) dias consecutivos ou supressão de cinquenta por cento (50%) das viagens ordinárias em trinta (30) dias;

II - suspensão dos serviços por três (3) vezes, dentro do período de doze (12) meses, por força de aplicação do disposto no artigo 92;

III - lock out;

IV - dissolução legal da pessoa jurídica, titular da concessão ou autorização;

V - não habilitação à exploração dos serviços com observância das exigências desta lei, e no prazo de cento e oitenta (180) dias, de sucessores nos casos de falecimento do titular da firma individual;

VI - falência da transportadora, desde que incorra autorização do juízo competente, para continuidade dos serviços sob administração do síndico da massa falida;

VII - superveniência da incapacidade técnico-operacional ou econômico-financeira devidamente comprovada;

VIII - configuração da interdependên-

cia entre transportadoras;

IX - redução da frota abaixo do mínimo exigido, sem a devida correção, no prazo de sessenta dias (60), a contar da data da notificação administrativa, pelo DER/PR;

X - transferência de concessão, sem prévia e expressa autorização do DER/PR.

Art. 94 - A cassação impedirá, em caráter definitivo, a transportadora de obter nova autorização ou concessão para a mesma linha e de habilitar-se a qualquer outra, pelo prazo de dois (2) anos.

Art. 95 - A pena de declaração de inidoneidade será aplicada à transportadora se, no prazo de dez (10) dias, a contar da notificação administrativa pelo DER/PR, não ocorrer a efetiva e formal exclusão das pessoas referidas no item I, a seguir, e se dará nos seguintes casos:

I - Condenação, transitada em julgado, dos diretores de sociedade anônima, dos sócios gerentes de sociedades por cotas de responsabilidade limitada e dos proprietários de firma individual, de gerentes e procuradores detentores de poderes amplos ou gestão e decisão em nome da transportadora, por crime contra a administração pública, no exercício de suas funções;

II - de condenação, transitada em julgado, de qualquer das pessoas previstas no item anterior, pela prática de crime contra a vida, a incolumidade ou a moral de qualquer pessoa, decorrente de prestação de serviço a que se refere esta Lei;

III - de apresentação de denúncia ou dado falso em proveito próprio ou de terceiro.

Parágrafo Único - A declaração de inidoneidade importará na revogação de pleno direito das outorgas, ficando permanentemente impedida a transportadora de habilitar-se a outras.

Art. 96 - A cassação ou declaração de inidoneidade somente serão tornadas efetivas com a decisão final, em grau de recurso, na esfera administrativa.

CAPÍTULO IX DAS AUTUAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 97 - As normas relativas ao procedimento administrativo fiscal para apuração de infrações, lançamento de ofício e imposição de multas previstas nesta lei, bem como a forma de inscrição dos correspondentes débitos em dívida ativa do Estado e sua cobrança, serão estabelecidos em

lei, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecida na lei orgânica a que se refere a Constituição Federal.

Parágrafo Único - Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício de taxas e penalidades pecuniárias.

CAPÍTULO X DA FISCALIZAÇÃO

Art. 98 - A fiscalização dos serviços de que trata esta Lei, será exercida pelo DER/PR, por seus agentes próprios ou credenciados, devidamente identificados.

Parágrafo Único - O transporte de agente da fiscalização, quando em serviço, será gratuito, mediante requisição do DER/PR.

Art. 99 - Ao agente da fiscalização é atribuída a competência para autuação quando constatada infração aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, que tenha relação com o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, bem como, tomar medidas restritivas previstas naquele Código.

Parágrafo Único - A fiscalização dos serviços de que trata esta lei, não exclui a ação da Polícia Rodoviária Estadual e do Departamento Estadual de Trânsito, em suas respectivas áreas de jurisdição e competência.

Art. 100 - A transportadora manterá em suas agências e pontos terminais, livro próprio, rubricado pela fiscalização, à disposição dos usuários, para consignarem suas reclamações ou sugestões.

CAPÍTULO XI DOS SERVIÇOS ESPECIAIS

Art. 101 - Entende-se por serviço de transporte turístico e de fretamento eventual, aquele executado para atender fins culturais ou recreativos, desde que não apresente caráter de linha regular.

Parágrafo Único - Na execução de transporte turístico, levar-se-ão em conta:

- a) o serviço de turismo em si mesmo, disciplinado pela legislação específica;
- b) as condições técnicas do transporte relacionado com o tráfego dos veículos e sua segurança, disciplinados pelo DER/PR.

Art. 102 - Na execução dos serviços especiais de turismo e fretamento eventual, serão observados os artigos 76 e 77 e seus §§ e os artigos 80, 81 e 82.

§ 1º - Na vistoria dos veículos de empresa de transporte turístico, serão consideradas as decisões de competência da EMBRATUR, se for o caso, relativas a:

- a) registro da organização para explo-

ração de serviços de turismo ou de transporte turístico;

b) condições de execução do serviço.

§ 2º - Para os serviços especiais, deverão ser obrigatoriamente observados os preços da tabela vigente do DER/PR.

§ 3º - Para a realização de serviços especiais deverá a transportadora recolher, antecipadamente, a taxa de viagem especial, cujo valor corresponderá de cinquenta (50) UPFPR, dividido pelo PMA (Percurso Anual do Sistema), para cada quilômetro do percurso da viagem.

§ 4º - Comprovado o recolhimento da taxa de viagem especial, de que trata o parágrafo anterior, o DER/PR, fornecerá licença de viagem especial, especificando a razão social da transportadora, o valor, o itinerário, data e hora da partida e de regresso e quantidade de passageiros a serem transportados.

Art. 103 - A viagem de transporte turístico será executada por veículos pertencentes a empresa de turismo, agência de viagem ou empresa de transporte turístico, registrada na EMBRATUR.

Parágrafo Único - Para fins de fiscalização, o veículo utilizado em transporte turístico, deverá apresentar, em local visível, o emblema e número de registro na EMBRATUR.

Art. 104 - Entende-se por serviço de transporte sob regime de fretamento contínuo aquele sem cobrança de passagem individual, com finalidade de transporte de trabalhadores e escolares.

Parágrafo Único - Para execução desses serviços serão observados os artigos 75, nos seus §§ 2º, 3º e 4º e 76 nos seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º e os artigos 80, 81 e 82.

Art. 105 - Para a execução do serviço por fretamento contínuo a transportadora deverá estar registrada junto ao DER/PR, na forma dos artigos 27 e parágrafos, 28 nos seus incisos I, III, IV, V, VII e VIII.

§ 1º - A transportadora deverá comprovar capital registrado de valor mínimo correspondente ao de dois (2) veículos-tipo adotado na composição tarifária vigente.

§ 2º - Autorização para a execução deste serviço, será expedida pelo DER/PR, a vista do contrato de locação de veículo e caso não se configure concorrência com serviço regular existente.

§ 3º - A transportadora recolherá a taxa de contribuição para melhoramento do transporte intermunicipal de passageiros correspondente a dois por cento (2%) do montante contratual.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 106 - Para bem atender o interesse público, o DER/PR poderá requisitar bens e serviços de transportadoras que serão indenizados na forma estipulada para remuneração dos serviços de que trata esta lei.

Art. 107 - Na publicidade das transportadoras, é proibido o uso de expressões ou artifícios que induzam o público em erro sobre as verdadeiras características do serviço, especialmente itinerário, seccionamento, tempo de percurso e preço de passagem.

Art. 108 - Para toda e qualquer planificação dos transportes a que se referem os artigos 6º, 7º e 8º, o DER/PR poderá se valer também de subsídios do Sindicato das Empresas de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná e do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná.

Art. 109 - Os serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, em execução até cinco de outubro de um mil novecentos e oitenta e nove, outorgados sob qualquer ato, para sua continuidade, prorrogação e renovação, serão adaptados às disposições desta lei.

Art. 110 - O DER/PR deverá propor e prestar assistência técnica aos municípios, objetivando a racionalização do transporte coletivo, no âmbito municipal e a eliminação de conflitos entre linhas de jurisdição estadual e municipal, bem como para construção ou adaptação de terminais rodoviários.

Art. 111 - Fica assegurada a conversão em concessão, a critério do DER/PR, dos serviços complementares existentes anteriormente à aprovação da presente Lei, desde que atendam aos critérios instituídos no plano de que trata o art. 7º.

Art. 112 - Toda linha intermunicipal rodoviária poderá ser transformada em ligação metropolitana pelo DER/PR, desde que se enquadre nos critérios constituídos pelo Plano para este fim, e a que se refere o artigo 7º.

Parágrafo Único - As linhas rodoviárias com características metropolitanas cuja transportadora seja exclusiva no itinerário, poderão, a critério do DER/PR, ser transformadas em metropolitanas, desde que se enquadrem nos critérios instituídos no Plano para este fim, e de que trata o artigo 7º.

Art. 113 - Quando do desdobramento de municípios, poderá o DER/PR efetuar a regularização de serviço de concessão municipal de transporte coletivo de passageiros, como serviço intermunicipal de passageiros, obedecendo aos critérios para instituição de ligação fixados pelo Plano de que trata o artigo 7º.

Art. 114 - Todos os pedidos relativos a operação em linha e serviços, que possam implicar em interferência com direitos de outras concessionárias, serão objeto de publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - A transportadora que se considerar prejudicada é assegurado o prazo de quinze (15) dias para apresentação de impugnação.

Art. 115 - Quando mais de uma transportadora operar numa mesma linha, em ligação sem restrição contratual, os seccionamentos e preços deverão obrigatoriamente ser iguais.

Art. 116 - Para adequação do Plano, previsto nos artigos 6º, 7º e 8º, a requerimento da transportadora, no prazo de cento e oitenta (180) dias a contar da data da publicação da presente lei, serão admitidos desmembramentos de linhas.

Parágrafo Único - Os desmembramentos de linhas somente serão concedidos se não houver outra transportadora executando as linhas resultantes.

Art. 117 - Os casos omissos desta Lei serão decididos pelo DER/PR, e os lançamentos de ofício relativamente às taxas previstas no § 4º do artigo 101 e multa do artigo 88, inciso VII, serão revistos, em segunda instância, quando for o caso, na forma da regulamentação específica a ser procedida pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado - CCRF.

Art. 118 - O DER/PR implantará, após sua aprovação, todas as recomendações enunciadas pelo Plano de que trata os artigos 6º e 7º da presente lei.

Art. 119 - O DER/PR baixará instruções ou normas que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 120 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, João Arruda e Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo dispositivo constitucional, promulgado em cinco de outubro do corrente, por esta Casa de Leis, faz-se imperiosa a necessidade de completá-la, promovendo a elaboração das respectivas leis complementares e ordinárias.

A matéria proposta neste Projeto de Lei Complementar visa contemplar uma área prioritária para o funcionamento dos serviços públicos e atendimento à sociedade no que concerne aos Serviços de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná.

O conteúdo da presente é uma adaptação do Decreto nº 5.246, de 29 de março de

1974, que conforme se constata atendeu eficientemente aos propósitos a que se destinara.

Diante de tais considerações, e reconhecendo a inovação deve sempre levar em conta os resultados, este Legislativo entende que mesmo não criando novas disposições acerca da matéria é necessário manter o que o serviço público e a sociedade já incorporaram como regulamentação de tal serviço.

Para tanto contamos com a aprovação dos nossos Pares, nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se nesta Casa o Deputado Nilton César Servo.

Convido o Deputado João Iensen e o Deputado Algaci Túlio para introduzirem até a Mesa o Deputado a fim de que possa prestar juramento.

Convido o Deputado Nilton César Servo para prestar o juramento constitucional.

O SR. NILTON CÉSAR SERVÔ - Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense, e, promover o bem-estar do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Declaro empossado o Deputado Nilton César Servo e solicito que Sua Excelência tome assento junto à Bancada do PTB, para prosseguimento dos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Cleiton Crisóstomo.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Sr. Presidente, Sra. Deputada Emília Belinati, Srs. Deputados. (Lê):

"É com a alma regorjitante de alegria que assumo pela primeira vez esta tribuna, sob o peso da responsabilidade de bem representar este povo paranaense tão sofrido, e que depositou em nós parlamentares, principalmente em nós, os jovens, seu anseio, sua luta, seu desejo de ver e viver em um Paraná melhor e mais justo, e em um Brasil que não seja mais o País do futuro, mas sim, de hoje, do presente, de agora.

Lembrando daquela famosa música do compositor Geraldo Vandré, nos idos de 60, que embalou as lutas democráticas contra a então ditadura: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer", é que querendo fazer a hora e não esperando que ela se faça sozinha, apresento aos senhores deputados o presente requerimento que vem atender à uma antiga reivindicação feminina de nosso Estado que é a efetiva regulamentação do Conselho da Condição Feminina do Paraná, nos termos do requerimento que passo a ler:

REQUERIMENTO N° 282

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subcreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento nos art.35 combinado com o art. 132, § 3°, III do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a criação de uma Comissão Especial interpartidária, com o número de 07 (sete) membros, prazo de duração de 90 (noventa) dias, para elaborar projeto de lei regulamentando o disposto no art. 219 da Constituição Estadual, que criou o Conselho Estadual da Condição Feminina.

Sala das Sessões, em 11.03.91

(a) CLEITON KIELSE.

JUSTIFICATIVA:

Em 05 de outubro de 1989, com a promulgação e entrada em vigor da Constituição do Estado do Paraná, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, em seu artigo 219, sendo certo que este artigo não é auto aplicável, exigindo então sua regulamentação.

Foram feitas desde então várias tentativas para a regulamentação do órgão, posto que este necessita para a consecução de sua missão constitucional, que se lhe garantam autonomia e dotação orçamentária, não resultando delas nenhum efeito prático.

Dada a importância do tema supra mencionado, é que se requer a formação desta comissão, que elaborará, em regime de urgência o referido regulamento, para que o Conselho possa afinal, desempenhar com a liberdade que a Constituição lhe garante, a defesa do exercício pleno da cidadania por parte da mulher paranaense, significando, certamente o direito à voz e à vez na vida pública e a dignidade na vida cotidiana, com direito a acesso à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar, à justiça, à profissionalização e ao trabalho.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Diante da desatenção do Senhor Governador Álvaro Dias para com Paranaguá e com os Parnanguaras, ele não haveria de merecer deste Deputado, sequer uma citação.

Sabemos bem do porquê.

Entre todos os municípios deste Estado, Paranaguá foi o que mais sofreu com o menosprezo do seu Governo, sempre posicionado de costas diante dos Parnanguaras.

Na iminência da Posse de um novo mandatário, nossa esperança é que esse quadro se altere e Paranaguá torne a ter vez, ... e voz.

A História tem provado que temos um

povo inteligente e competente, mas que vem sendo marginalizado neste Governo.

Foi preciso que Paranaguá conquistasse esta cadeira neste poder para sermos ouvidos.

Para que os Senhores Deputados possam avaliar o dano que o atual Governo levou aos vários segmentos sociais de Paranaguá, vou falar um pouco do que foi o desastre ocorrido em nosso porto.

Desde que assumiu o Governo, o Senhor Álvaro Dias e o seu amigo Chiquito Deliberador Neto, nomeado superintendente da APPA, iniciou-se uma campanha difamatória e eu diria... até burra, dando conta de que no porto de Paranaguá havia contrabando de soja e esse contrabando envolvia o Paraguai.

No afã de mostrar que Paranaguá era terra de ladrões e de contrabandistas, não percebiam que estavam maculando a imagem do nosso principal terminal de cargas.

Até uma CPI foi montada...

E...nada foi provado!

O "Brubaker" do senhor Álvaro Dias, na Administração dos portos (APPA), em nome de uma moralidade discutível, não teve como esconder a sua incompetência. O caminho foi esse: escandalizar o Estado com uma história de contrabando...

Não satisfeito, esse "Brubaker" "Descobriu" que os navios que operavam com granéis em nosso terminal, saíam do cais com uma "Quebra" de sete (7%) por cento.

Ora, os senhores já viram absurdo maior?

Sete (7%) por cento de quebra é visto a olho nu.

Isso jamais aconteceu, como atestam as firmas que fiscalizam em nome do importador.

A imprensa de Paranaguá protestou, mas de nada adiantou.

Difamados, nosso porto e os exportadores Paraguaiois... o que sucedeu?

Aos poucos, fomos tendo quedas na movimentação... e o Paraguai, que na cabeça do então superintendente, não interessava, interessou ao porto de Santos... interessou a São Francisco... a Rio Grande...

Hoje, de uma produção de um milhão e quinhentas mil toneladas, o porto de Paranaguá vai exportar apenas seiscentas (600) mil toneladas e não vemos uma única voz vinda do porto, que brigue por uma cota maior.

De bom, esse Governo nada fez. Apenas inchou os quadros administrativos da APPA, com os chamados "Alienígenas".

Existem inúmeros acontecimentos graves que representaram enormes prejuízos (em dólares), a armadores e exportadores. Há o caso do navio "Atalanta T", da Agência marítima Hélice, que inexplicavelmente foi obrigado a desatracar... Sua operação de

nove mil, oitocentos e cinquenta e três (9.853) toneladas de cevada ficou paralisada... e o caso foi parar na justiça...

Fato inédito e, o porto perdeu!

Hoje existe um pedaço de cais que não opera regularmente só porque o Governo do Paraná, que desde 1.962 não investe em único centavo no porto, não fez a sua parte.

Na inacabada obra, o Governo da propaganda entrou com nada.

Mas, na Parlapatice, todavia, entrou com tudo. E o senhor Álvaro Dias não cansou de afirmar ser aquela, mais uma obra de seu Governo.

Se esse Governo narcisista não entrou com nada nos investimentos portuários, em contrapartida levou o excedente da arrecadação, para salvar o BADEP. Até hoje ninguém sabe que taxas remuneraram o Dinheiro da Receita portuária, aplicado naquele Banco.

Há uma série de irregularidades que precisam ser apuradas... e os responsáveis punidos, como proclama a Sua Excelência, o Governador, sempre que vê um microfone.

E a utilização de carros roubados?

E o sucateamento dos vagões vendidos como ferro velho? ...já denunciados pela Câmara Municipal e imprensa de Paranaguá, e que merecem ser verificados.

Para que isso aconteça, é importante que o futuro Governo nomeie alguém competente e eu diria até corajoso! E mais: que tenha sensibilidade para os grandes problemas portuários.

Afinal, o Governo Álvaro Dias, no Dizer de inúmeros portuários, atrasou o porto em mais de trinta anos...E esse tempo, nós precisamos recuperar!

Tenho dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós trazemos ao conhecimento desta Casa, matéria publicada pela "Gazeta do Povo" no dia 1º de janeiro do corrente e que de fato como legisladores, nos deixa preocupados pelo fato de neste Poder nós legislarmos e trabalharmos contra a própria legislatura que daqui sai.

Diz a manchete daquele diário o seguinte:

"Na ânsia de criar municípios, até legislação fica esquecida".

Nós estamos vendo aqui, referindo a este Parlamento, do qual hoje fazemos parte. Nós estamos recebendo o título de recordista nacional, no ano de 1990, na criação de municípios pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Também so-

mos os campeões nas infrações a lei que trata do referido assunto. Diz: dos 61 municípios criados ano passado pelos Deputados Estaduais, conforme demonstração na reportagem do último dia 1º da "Gazeta do Povo", nenhum passou pelo processo exigido pela Lei Complementar nº 1, de 9.11.67.

A maioria dos processos que tramitaram pelo Legislativo não conta com certidão de população expedida pelo IBGE, que é um dos pré-requisitos legais. Pior do que isso, dos 21 casos em que o IBGE foi consultado nenhum preenche o número mínimo de população e de domicílios instalados no centro urbano, sendo assim todos os 61 municípios criados pelos Deputados Estaduais no ano de 1990 estão irregulares e basta uma ação popular ou um mandado de segurança para revogar tais criações.

A Lei Complementar nº 1 que estabelece as regras para a criação de municípios determina os pré-requisitos necessários ao processo, antes de aprovar uma lei de criação de município a Assembléia Legislativa precisa consultar o IBGE, Tribunal Eleitoral, Secretaria de Estado da Fazenda, para verificar a população, total de eleitores, números de domicílios e a arrecadação entre outros itens do novo município.

O artigo segundo da referida lei, diz que a população estimada no novo município, deve ser superior a 10 mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da existente no Estado.

Além disso o centro urbano do novo município a ser criado, já deve ser constituído de no mínimo 200 domicílios. Esses dados devem ser fornecidos pelo IBGE no Rio de Janeiro antes de aprovação da Lei. No caso da população estimada prevalece os 10 mil, já que cinco milésimos da população do Paraná em 1990 corresponde a cerca de 46 mil habitantes. Mas, consultando os processos do IBGE em Curitiba pode-se verificar total irregularidade da Assembléia Legislativa. Apesar de precisar consultar primeiro os órgãos competentes para criar um município, quarenta municípios criados no ano passado no Paraná não possuem certidão de população expedida pelo IBGE, ou seja, não se sabe se esses novos municípios possuem população superior a 10 mil habitantes e se o centro urbano é constituído por mais de 200 domicílios. Segundo o IBGE, dos quarenta municípios que não possuem certidão de população anexada ao processo de criação, apenas 10 contam com pedido de certidão que ainda não foram emitidos por demorar um prazo de seis meses a um ano. Os demais 30 municípios sequer possuem pedido de certidão junto ao Instituto. Dentre os 21 novos municípios que possuem certidão de população expedida pelo IBGE, nenhum possui mais de 10 mil

habitantes, exceto Cruzeiro do Iguaçu, desmembrado de Dois Vizinhos que possui 12.977 habitantes. O IBGE ressalta que nos casos de Anglobrasilândia e outros dados das certidões são anteriores ao ano passado.

Em cima destas denúncias, Sr. Presidente, Srs. Deputados e com Parecer do nobre Presidente desta Casa, que também naquela oportunidade declarava àquele jornal, apresentava àquele jornal a seguinte declaração: "afirma o Deputado Anibal Khury não ser necessário qualquer tipo de explicação". Concluindo: enquanto os Deputados não se pronunciam para explicar as diversas irregularidades já apontadas, novas vão aparecendo na investigação do processo, tais como arrecadação mínima do município criado, número de eleitores, conforme exigido em Lei. As irregularidades apontadas até agora são suficientes para revogar todas as sessenta e uma leis aprovadas pelos Deputados Estaduais em 1990 criando novos municípios.

E o nosso pedido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós que temos aqui a responsabilidade da criação de leis também a respeitamos para que o povo passe a nos respeitar como de fato criadores de leis que regem os destinos da população deste Estado.

Era o que tínhamos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Exma. Senhora Deputada, Senhores Deputados, quero registrar nos Anais desta Casa quando encerramos praticamente o nosso trabalho Parlamentar na minha região, com a presença do Governador Álvaro Dias.

Espero que neste próximo mandato que temos ainda pela frente junto ao povo do Paraná, nós tenhamos o sucesso que tivemos para a nossa região, como tivemos com o Governador Álvaro Dias. Agradeço ao Governador Álvaro Dias. Agradeço a sua equipe de trabalho, os senhores Secretários de Estado, pela forma que atendeu durante o longo do tempo este Deputado. Atendeu este Deputado, que representa o desejo da sociedade do meu Estado e da minha região. Nós sabemos que a vida política é uma arte. Por mais que faça um homem que está investido num cargo público, por mais que ele tente resolver os problemas que não são poucos, e a cada dia que se passa as dificuldades aumentam muito mais pelas crises econômicas, pelas dificuldades que vivemos a nível nacional, refletindo evidentemente nos Estados brasileiros e até as nossas bases eleitorais que são os nossos municípios. Mas, mesmo assim, com to-

das as dificuldades, nós não nos curvamos diante da responsabilidade com nosso povo, com a nossa população e até mesmo o nosso compromisso e o dever nesta Casa de Leis.

Quero parabenizar neste instante o novo Deputado Nilton Servo, que assume também a responsabilidade de resguardar este Poder Legislativo, procurando nos auxiliar também com a sua presença, que eu tenho certeza que a sua presença neste plenário será marcante para as decisões para o nosso Estado. Parabenizo V.Exa. e desejo muito sucesso durante a sua permanência.

Meu caro Presidente, gostaria de contar com a colaboração de V.Exa. e da Mesa deste Poder Legislativo e convocar os nossos companheiros da Comissão de Indústria e Comércio deste Poder Legislativo para solicitar a vinda do Diretor do Detran do Paraná a esta Casa para prestar esclarecimentos de uma nova legislação federal atingindo a legislação estadual com relação aos veículos chamados camionetes duplas cabinadas. Há uma lei federal que parece que vai impedir que as camionetes daqui para frente sejam cabinadas, trazendo evidentemente às empresas que acreditaram nesta legislação anterior, nessas indústrias, e não só do Paraná, mas atingindo os Estados brasileiros, prejuízos que acima de tudo o desemprego, criando uma situação social muito grande.

Então, nós esperamos que seja convidado o Diretor do Detran do Paraná para dar um esclarecimento ao Presidente da Comissão de Indústria e Comércio.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Anunciamos a presença neste plenário do Senhor Basílio Diachus e Senhora, ex-Deputado e ex-Ministro da Agricultura da Província de Alberta, no Canadá. A Mesa recebe com grande alegria e a Assembléia também deseja uma boa estada de V.Exa.

No Grande Expediente com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Emília Belinati.

Queremos neste horário do Grande Expediente abordar uma questão muito séria que este Parlamento ainda não abordou nesta Legislatura, que é a questão do BADEP. O BADEP, nos seus 29 anos de atuação no Estado do Paraná, e que neste período aplicou cerca de 3,6 milhões de dólares na indústria, na agricultura, no comércio, no serviço público, em vários setores da economia paranaense.

Tem atendido, via Finsocial, pequenos projetos. O BADEP ocupou o segundo lugar entre os bancos estaduais de desenvolvimento. Segundo o BNDS, em 89 o BADEP foi o

maior aplicador de recursos do BNDS e do Finsocial e o quarto do Finame.

Num documento do IPARDES, intitulado Diagnóstico da Base Econômica e Produtiva do Estado do Paraná, anos 80. Tendências, o IPARDES, este que publicou o documento, que o Governo Álvaro Dias também está destruindo, assim com o BADEP, está escrito neste documento que o BADEP, na década de 80, representou 25,4% de todos os investimentos feitos no setor industrial do Paraná.

O BADEP, apesar dos problemas que está tendo no final da gestão Álvaro Dias, não por problema criado pelo BADEP, mais sim pelo Governador, tem como proposta um programa de administração de fundos municipais para desenvolvimento. Tal programa seria desenvolvido junto com as prefeituras, a fim de administrar os recursos dos "royalties", que são recursos novos para a administração.

Qual seria a situação econômico-financeira do BADEP para que venha sofrendo as consequências que temos acompanhado pela imprensa?

Os débitos do BADEP estão concentrados junto ao Banco Central e ao Banestado e os problemas econômicos são gerados por causa de devedores inadimplentes, como a Usina Central do Paraná do grupo Atala, como a Cidade Industrial de Curitiba e como a Companhia de Desenvolvimento de Londrina, que vem negociando estas dívidas com o BADEP.

O BADEP no dia 15 de fevereiro passado sofreu uma intervenção do Banco Central e, segundo se suspeita, a pedido do Governador Álvaro Dias, uma vez que para extingui-lo ele teria que ter autorização desta Casa de Leis.

Conforme informações de alguns técnicos, a necessidade hoje, no dia 30 de novembro seria, para liquidação do banco, seria de 714 milhões de dólares. E a necessidade de recursos para a manutenção do banco seria de 135 milhões de dólares.

Portanto, a extinção do BADEP pesa, ao Tesouro Público, 579 milhões de dólares. Seria muito mais barato o saneamento deste banco.

Este interventor que temos lá desde o dia 05 de fevereiro, tem prazo de 60 dias para se pronunciar e ele pode dizer que a intervenção vai continuar por necessitar de maiores informações, ou ele pode dar o banco por liquidado, ou pode suspender o processo de liquidação.

Estas são as três alternativas que tem o BADEP. Se uma delas, liquidado o banco, quem assumirá suas funções? Alega o Governador que terá uma bolsa de fomento do Banestado. Será que o Governador esquece que

o Banestado é um banco de sociedade anônima? Que é um banco comercial e, como todo e qualquer banco comercial, exige e quer o retorno a curto prazo.

Será que o Banco Comercial, que é o Banestado, o Bamerindus ou o Bradesco, vai querer assumir o papel de um Banco em Desenvolvimento? - Senhores Deputados, a extinção do BADEP é por uma imposição do Senhor Governador Álvaro Dias, para atender a seus caprichos políticos, porque o BADEP desafiou em dois momentos: - Um dos momentos, foi na operação, que ele queria ver o BADEP envolvido, para participar aproximadamente em vinte milhões de dólares nas questões das empreiteiras. O BADEP não aceitou se envolver nessa questão. A segunda, diz respeito a construção da Ferroeste, que o senhor Governador solicitou que o BADEP colaborasse e o BADEP sugeriu ao Tribunal de Contas, para ver a legalidade, e o Tribunal de Contas deu parecer contrário.

Portanto, Senhores Deputados, essa extinção nada mais é do que vingança política do Senhor Governador. E no ano passado, temos que recordar, ouve uma Comissão Especial Interpartidária, formada nesta Casa de Leis, que ela foi criada para analisar, principalmente a situação e a Mensagem que o Senhor Governador enviou, que dizia respeito ao BRDE. E a Comissão fez relatório que se chamou "Relatório da Comissão Especial Interpartidária para estudo do Sistema Financeiro do Estado do Paraná".

Li, todinho esse relatório; e para quem não sabe, essa Comissão foi criada no dia 28/11/90, instalada no dia 7/1/91, e ela foi criada em consequência da Mensagem nº 189/90, que solicitava autorização para proceder a retirada do Estado do Paraná, como participante do BRDE ou a sua liquidação ordinária.

Junto a isso o Senhor Governador encaminhou um anteprojeto, onde propunha que o acervo líquido do BRDE, que couber ao Estado do Paraná, fosse destinado ao BADEP.

Li todos os depoimentos que foram colocados, e dá para pensar alguns fatos importantes nesses depoimentos. Um deles, que desde outubro de 90, o Paraná está perdendo 1,3 bilhões de cruzeiros, em função desta política malfadada do Governador em relação BADEP.

O BADEP tem cerca de 326 funcionários, e hoje corre-se que 20% deles, amanhã já receberão aviso prévio, sem o liquidante concluir esse trabalho.

Portanto, nota-se, que é perseguição política, a técnicos competentes que o Paraná está abrindo mão, assim como os técnicos do IAPAR, IPARDES, em que Álvaro está destruindo.

Queremos chamar a atenção, que além da Copel e a Telepar, na Usina de Segredo e

da Telefonia Rural, aproximadamente 300 empresas têm paralisadas 492 milhões de BTN's, em função desta intervenção. O Estado não tem colocado nenhum centavo para custeio do BADEP. E é bom saber que o Banco Central, solicitou aos Estados que solucionassem as suas pendências, e que para isso teria até o dia 14/3/91, e se não fizesse poderia ser prorrogado por mais um ano. O que vem a dizer que é extemporâneo solicitar essa intervenção.

Fatos importantes no relatório do BADEP, que podemos dizer que ele obteve empréstimos, são fatos no Relatório que nós consideramos importantes eu quero dizer; o BADEP obteve empréstimos do Banco Central, avalizados pelo Governo do Paraná, que em 13.12.90 ascendia 17,9 bilhões.

Mas, o BADEP possui crédito para receber, junto ao Grupo Atala, de 240 milhões. Por que é que o Governo do Estado não executa o Grupo Atala, ao invés de executar o BADEP? Por que é que ele não tem esta sua posição política, teimosa, em relação ao Grupo Atala? Isto é necessário se saber.

A Companhia de Desenvolvimento de Londrina devia para o BADEP, em 31 de dezembro, 3,5 bilhões de cruzeiros. E a CIC de Curitiba nesta mesma data, 18,6.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, após analisar aqueles relatórios, após analisar as denúncias que têm saído na imprensa, achamos importante a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar se há irregularidades no BADEP. E, para isto, o Deputado Ovídio Constantino está entrando com um requerimento, solicitando.

Além disso, naquela Comissão que concluiu seus trabalhos na legislatura passada, relata que há suspeita de irregularidades na contratação de empresas que fizeram ou farão reformas administrativas do Estado do Paraná. E o nome desta empresa é DIRECTA.

E a suspeita é correta, porque no dia 21.01.91 Álvaro Dias sancionou a Lei nº 9.557, que revogava o parágrafo 2º do artigo 94, da Lei nº 8.845, de três de julho de 1.987. O que dizia este parágrafo 2º? Senhores Deputados, o parágrafo 2º, que foi revogado, dizia o seguinte: (lê) "Os auditores independentes não poderão auditar a mesma entidade, por mais de dois exercícios financeiros seguidos".

Este artigo foi retirado para que facilitasse a contratação por mais dois anos, da Empresa DIRECTA Auditores S.C. CRC. São Paulo S. Paraná, 13.002.

Naquele relatório daquela Comissão quando ouviu Eliseu Martins, Diretor da área de fiscalização do Banco Central, perguntado a ele se ele tinha algum tipo de envolvimento com a DIRECTA, Eliseu Martins, Diretor do Banco Central, declarou

Curitiba, segunda, em 11.03.91

que não era sócio da DIRECTA, mas por outros caminhos, ele tinha envolvimento.

Portanto, isto já leva-nos a pedir esta CPI. Além disso, notícias veiculadas pela imprensa e os diversos pronunciamentos do Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, de que a situação financeira do Estado do Paraná encontra-se rigorosamente em dia e que entregará o Governo ao seu sucessor com nível de endividamento inferior àquele que encontrou ao assumir, é contraditório às notícias veiculadas na Revista Exame, na edição de 20.02.91, quando coloca que o novo Governador herdará dívidas não pagas a empreiteiras, de cerca de 40 milhões de dólares, além da dívida mobiliária do Estado ter quase triplicado em relação ao ano de 1.987.

A assinatura do contrato de repasse de 176 milhões de dólares para a Ferroeste, autorizado pelo Governo do Estado a uma empresa de capital controlado pela iniciativa privada, sem observância das normas legais estabelecidas também já seria suficiente para solicitar esta CPI.

Além disso, ainda existe denúncias de que o Governo do Estado, diante da impossibilidade do DER pagar créditos das empreiteiras em montante aproximado de 245 milhões, arquitetou a concessão de empréstimos a estas empreiteiras, através dos bancos, nos quais tem participação ou controle, como o Banestado, arcando com 210 milhões de dólares; BRDE, com 15 milhões e querendo que o BADEP assumisse uma de 20 milhões de dólares.

Negado por capricho agora vem o Senhor Governador querer a extinção do BADEP.

Outras denúncias, a de que o Senhor Governador Álvaro Dias e que a maioria das operações financeiras do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., foram efetuadas sem as necessárias garantias favorecendo abertamente interesses de grupos empresariais com empreendimentos localizados no Paraná.

Por si só essas denúncias seriam suficientes, mas trazemos num conjunto para que possamos justificar ainda mais o pedido desta CPI por parte da bancada do PT através do Deputado Ovídio Constantino.

As denúncias de que o Banestado está custeando a propaganda comentada por todos os meios de comunicação e em todos os setores do Paraná é outro ponto que deve ser analisado por esta CPI.

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado que solicitou.

O Sr. José Durval Amaral - Nobre Deputado, não entrando no mérito da questão do BADEP, mas apenas a título de ilustração, Vossa Excelência colocou que o Governo do Estado não havia tomado nenhuma providência no que diz respeito ao Grupo Atala.

Quero dizer que desde há muito tempo já o Governo Álvaro Dias vem executando o Grupo Atala e as mesmas providências semelhantes vêm sendo tomadas com relação à dívida da Cidade Industrial de Curitiba.

E esses dois problemas macros são as causas das pendências hoje existentes no BADEP, sem ter o intuito nesse aparte de entrar no mérito da discussão.

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e eu quis dizer que ele não tem tratado com o mesmo pulso firme o Grupo Atala como tem tratado o BADEP.

É esta a razão que nos leva a ter suspeitas de que a intervenção pedida no BADEP é em função de ocultar coisas fundamentais para esclarecer a dívida do Estado do Paraná. Dívida esta que o Governador tem negado e que é vista em todos os setores.

A questão da CIC estamos sabendo que está em negociação. Mas o que é mais grave é que o próprio fiador é o Estado. Ao invés de pedir a intervenção do BADEP, por que o Estado como fiador dessa dívida não paga a dívida ao BADEP, uma vez que é ele que assume a maior parte do ICM gerado pela CIC de Curitiba?

O nosso questionamento é em razão fundamental da intervenção; do que há de obscuro nessa intervenção.

Por que razão se tudo indica que o Senhor Governador solicitou intervenção porque queria jogar às claras. Por que o Senhor Governador não pediu autorização desta Casa de Leis para extinguir o BADEP?

Não. Preferiu o caminho mais fácil via Eliseu Martins do qual na própria Comissão que alguns dos Senhores Deputados que estão presentes participou assume de que há envolvimento dele com a Directa e lá, ele é dirigente do próprio Banco Central.

O Sr. Algaci Túlio- Deputado Rosinha, nós fizemos parte dessa comissão e foi um trabalho realmente estafante a todos os Deputados que participaram dela, que visava analisar a situação do BRDE e também do BADEP.

Nós estivemos, inclusive, em reunião com Deputados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em Florianópolis há questão de 2 anos atrás e, sempre estivemos acompanhando essa possível extinção do BRDE, a saída do Paraná do BRDE.

E estivemos também em Brasília conversando com o Diretor do Banco Central a respeito também dessa posição e lá em Brasília, para surpresa nossa, ninguém sabia explicar qual era a finalidade do Estado do Paraná sair do BRDE.

Havia o comentário de que era para reforçar o caixa, melhorar o patrimônio do

BADEP. Inclusive, esta Casa recebeu uma mensagem do Governador explicando a saída do Paraná do BRDE para fortalecer o BADEP. No entanto, nem BRDE, nem BADEP.

Então, essa comissão levantou uma série de assuntos importantes, dados importantíssimos, que acho realmente, que essa CPI solicitada agora, vem num bom momento, para se esclarecer quem é que está falando a verdade, o que é que existe na verdade na dívida do Estado do Paraná, e a Revista "Isto É" a exemplo da "Exame", mais uma vez aborda de novo o problema do déficit do Estado do Paraná.

Então, nós queremos na verdade saber exatamente a situação financeira do nosso Estado. Eu tenho certeza que essa CPI será constituída, será oficializada, e terá um andamento importante, porque é o momento de analisarmos esta situação do BRDE, a situação do BADEP, porque o Paraná não pode, no nosso entendimento, ficar sem um banco de fomento; a carteira que se visa criar no Banco do Estado do Paraná vai custar muito mais caro ao Paraná do que a manutenção do BADEP.

Era isso, muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Eu agradeço a intervenção de Vossa Excelência e realmente o trabalho daquela Comissão foi fundamental, inclusive para que eu fizesse essa intervenção. Eu li todo aquele relatório, o relatório daquela Comissão foi aprovado por unanimidade por seus membros na Comissão, depois não foi aceito em Plenário, é um trabalho perfeito, muito bom e que inclusive termina sugerindo uma CPI.

É justamente em função da continuidade daquele trabalho da Comissão é que estamos tomando a liberdade de solicitá-la e pedir o apoio de todos os Senhores Deputados, porque é necessário esclarecer a situação financeira do nosso Estado, porque se fôssemos acreditar nas propagandas o Estado seria uma maravilha; no entanto, a realidade, todos nós conhecemos a andar pelo interior, há uma séria crise econômica, não houve ampliação nenhuma na área social, não há sequer oferta de emprego, e no entanto, acaba-se com os bancos de desenvolvimento.

Portanto, essa CPI vem a clarear tudo isso, e mais, faz com que o Paraná dispense inúmeros técnicos competentes, que migrarão para outras instituições estatais de outros Estados, ou para o setor privado, perdendo o Estado do Paraná, técnicos do mais alto gabarito.

Portanto, nós solicitamos o apoio para a formação dessa comissão, logo em seguida recolheremos assinatura e esperamos constituí-la o mais breve possível para que esclareça a situação financeira do Estado do Paraná como um todo, não somente o

caso BADEP, mas BADEP, Banestado e tudo o que envolveu essas duas instituições e mais o próprio Tesouro do Estado.

O Sr. Paulo Maia - Um aparte Deputado?

O SR. FLORISVALDO FIER - Concedo.

O Sr. Paulo Maia - Eu ainda registro na brilhante arguição de Vossa Excelência como o fato do BADEP, o fato do BRDE e tantos outros do Paraná, representam a vaidade de uma pessoa, a vaidade de um Governador para tentar justificar o que não fez em quatro anos pelo Paraná, porque nós estamos vendo o quê?

Nós estamos assistindo hoje no Governo do Paraná à mesma política que se faz à nível de Governo Collor, a Política do "Jet-Ski"; a Política do submarino, a Política da geração do problema social, e nós vemos aqui como algo mais preocupante, porque nós víamos de fato o Governo atacar o grupo Atala quando chegou ao Paraná, acusando o seu antecessor por omissão; e vimos este mesmo Governo vir com veemência, quando o grupo Atala serviu para conquista de votos, nesse período de quatro anos praticamente quatro anos, o caso Atala ficou esquecido, como Vossa Excelência colocou muito bem, porque não houve uma veemência na cobrança, houve veemência na procura de justificar junto aos funcionários públicos o desacerto da administração do Paraná, onde muitos funcionários, e em especial o funcionário público do Estado foi colocado nas manchetes dos diferentes jornais do Brasil, como sendo o problema mais grave, o problema crucial de uma administração pública.

Nós vimos isso em épocas passadas, vemos isto hoje a nível de governo federal e o governo que está saindo não é exceção.

Por isso, a esperança do povo do Paraná de que esse dia 15 chegue o mais rápido possível, porque nós temos a esperança de que o próximo há de ser de fato um Governador voltado para os problemas do Paraná e especial para os problemas sociais.

Então, nós vemos o quê nesse caso?

Vaidade contra o caos que vai representar a demissão de mais de 300 funcionários daquela instituição trazendo para o Paraná uma situação semelhante a desemprego, a recessão, e a tudo mais a exemplo do que pratica o governo federal neste País, onde tem procurado nos funcionários públicos e nas estatais, a justificativa para encobrir as suas brincadeiras de "jet-skis", as suas propagandas, os excessos de propaganda, e nós temos a certeza que se houvesse um gasto menor do dinheiro público para divulgação da imagem de uma pessoa provavelmente hoje nós não precisaríamos estar saindo do BRDE nem tão pouco

estar desativando uma instituição renomada do Paraná que se chama BADEP.

Muito obrigado, Excelência, pelo aparte.

O Sr. Orlando Pessuti - Concedê-me um aparte, Deputado Rosinha?
(Assentimento).

Nós gostaríamos apenas de trazer a nossa contribuição, esperamos seja uma contribuição ao vosso pronunciamento dizendo que temos que concordar que muitas vezes até o nosso Governador pode até não ter satisfeito as aspirações do povo paraense principalmente na questão salarial, por mais que ele tenha buscado talvez não tenha satisfeito aos interesses.

Agora, a gente não pode ouvir calado quando Vossa Excelência e alguns aparteados colocam que houve da parte do Governo um descuido, que não houve a mesma veemência, que não houve o mesmo interesse.

Todos nós somos sabedores do que fez o Governador Álvaro Dias, com suas investidas contra alguns poderosos devedores do Paraná e que hoje, evidentemente uma das causas das dificuldades financeiras que enfrenta o BADEP, e que enfrentava o BRDE estão repousadas justamente em alguns setores que prejudicaram o Estado e que o nosso Governador foi veemente na luta contra esse pessoal. Se nós não tivemos uma solução não foi por causa do braço forte, da mão forte, da decisão do Governador, porque ela se fez presente no caso Atala, aí nós teríamos que questionar a justiça que não só neste caso, mas em tantos outros, e não somos nós que estamos a denunciar, a justiça é morosa neste País e mais uma vez ela está sendo no caso Atala.

Então, aí no nosso entendimento não é falta de vontade do Governador, e nós não poderíamos ouvir calado isso que se fala que estaria apenas fazendo uma imagem e praticando outra coisa.

O SR. FLORISVALDO FIER - Este é o pensamento do nobre Deputado Pessuti, que eu não concordo em absoluto, em nada, porque se nós fôssemos a fundo necessitaríamos de uma CPI da Administração dos quatro anos de Álvaro Dias.

O Deputado Fregonese me antecedeu na tribuna denunciando a questão do Porto.

Já foi razão de três CPIs. A questão da saúde, está sendo a terceira.

Já destruiu o IAPAR, IPARDES, BADEP, uma quantidade enorme de órgãos do Governo. Massacrando os trabalhadores e servidores públicos.

Financiamento do BANESTADO para o pequeno agricultor não existe. Portanto é a opinião do nobre Deputado Orlando Pessuti da qual não concordamos em absoluto.

Na nossa opinião se fôssemos a fundo

seria CPI da Administração Álvaro Dias de início ao fim.

(Conversas paralelas).

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Rosinha, eu tenho em mãos aqui, todo trabalho que foi feito pela Comissão Interpartidária, que fez um levantamento, estudou, analisou e aliás foi um dos trabalhos mais bonitos feito por esta Assembléia, um trabalho de muito fôlego, e um trabalho especial em homenagem ao Deputado Rubens Bueno, pela dedicação que teve nesse trabalho todo.

E no final das conclusões do relatório me faz lembrar que existe uma pendência que o Governo não remeteu para a Assembléia, qual seja um pedido de informações de minha autoria que eu queria um esclarecimento do que é que o Governo entende de dualidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o horário de Vossa Excelência, a Mesa prorroga para o Horário das Lideranças.

O SR. FLORISVALDO FIER - Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Algaci Túlio - Só para completar. Eu queria saber do Governador do Estado, fiz um questionário com 15 perguntas, o que é que ele entende de dualidade, qual é o entendimento com relação a dualidade? Até hoje este pedido de informações não recebeu a consignação do Governo do Estado do Paraná, por esta razão é importante que a CPI venha acontecer.

O SR. FLORISVALDO FIER - ... pois, nós achamos que todas essas questões que o nobre Deputado Algaci levantou mais alguns pontos, devem ser totalmente esclarecidos. A revista "Exame" traz questões, revista "Isto É" traz questões fundamentais revista "Veja", a imprensa paraense, "Folha de São Paulo", são inúmeras as irregularidades através da imprensa.

A imprensa, se ela está cumprindo o papel dela de fazer a cobertura, cabe a nós Deputados do Poder Legislativo ir a fundo nessas denúncias; verificar qual é a verdade que existe. E se existem, trazê-las à luz, para que a população paraense tome conhecimento. São inúmeras as questões que nós poderíamos aqui traçar a respeito da administração Álvaro Dias. E acho que, o que o nobre Governador andou fazendo nos últimos meses para conseguir ser Presidente do PMDB, foi mais sério ainda do que tinha feito nesses últimos anos, como doando com convidados a governadores a troco de votos, como foi a ques-

tão do IPARDES, e destruindo todas as instituições.

Assim solicitamos o apoio a esta CPI, de todos os Senhores Deputados, independente da bancada, inclusive os Deputados do PMDB, uma vez que gostaria que tornasse tudo claro e, que nada ficasse na obscuridade, porque ao colocar uma CPI, a única coisa que fazemos é esclarecer os fatos, e não com intuição já de início de incriminar ou de punir alguém.

Se alguém tiver culpa, aí sim será incriminado e punido. Portanto, a CPI é a melhor coisa para se clarear todos os fatos, e na democracia, a melhor coisa é a transparência, e por isso concordamos, que essa CPI, esse pedido será assinado por 54 Senhores Deputados, inclusive do PMDB, que não quer ver nada jogado em cima do Governador Álvaro Dias, e nem o Governador provavelmente jogado ao ostracismo.

Então, apelamos ao caráter democrático do PMDB, e, apelamos à sua decisão de deixar tudo transparente no final do governo, apoiando a CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está já no PMDB, ou ainda ...

O SR. ORLANDO PESSUTI - PMDB ou PDT?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, vamos ter que melhorar a dicção, senão vai dar muita confusão, não é Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A dicção é perfeita, tem que melhorar é a dicção de Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, está bom. Vamos tomar as providências de nossa parte também.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos, na tarde de hoje, ao comparecer à tribuna, e já vamos falar sobre isso mesmo antes de todas as acusações que são atribuídas por alguns Parlamentares desta Casa, ao Governador Álvaro Dias, que por muitos tem sido considerado como um governo que nada fez, como um governo que prejudicou isso, que prejudicou

aquilo, e agora mesmo, ainda se imputava ao Governador Álvaro Dias, uma falta de interesse na condução das ações contra o grupo Atalla, quando nós sabemos que o que mais buscou o Governador nesses quatro anos, foi a punição desse grupo empresarial, e mais do que isto, o recebimento da dívida que eles tinham para com as instituições financeiras do nosso Estado.

Mas compareço à tribuna no Horário da Liderança do PMDB para deixar aqui registrada a satisfação que tivemos neste final de semana de participar de dois importantes eventos que envolvem, evidentemente, não só o Governo do Paraná, mas também a iniciativa privada. Estivemos em Guarapuaça ao lado do Deputado Artagão, ao lado do Deputado César Silvestri, participando da solenidade de inauguração de um prédio administrativo da Universidade daquela cidade, a UNICENTRO, posteriormente fomos ao local aonde será implantado o terminal de calcário, fomos também ao local onde se inaugurava a entrega ao setor produtivo do Paraná uma unidade armazenadora, construída pela cooperativa agrária Entre Rios, com setenta e cinco mil toneladas, e isto durante uma safra pode ser multiplicado por três vezes, e também participamos do início das obras da Ferrovia Paranaoeste, a FERROESTE. Na manhã de ontem também tivemos a oportunidade de comparecer às antigas dependências do Cine Vitória, onde o Governador Álvaro Dias entregava ao Paraná, ao Brasil, porque não dizer ao mundo, o Centro de Convenções de Curitiba. E nos dois episódios, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi-nos possível registrar a satisfação, a alegria daqueles que até ao longo de centenas de anos, como é o caso da FERROESTE, alimentavam o sonho de ver isto se transformando em realidade. A FERROESTE, antes já chamada por tantos outros, idealizada há mais de cem anos, começa a sair do papel e passa para a realidade das obras que já estão sendo executadas. A ela vem se somar não apenas as forças do Governador Álvaro Dias, mas vem se somar a do cooperativismo, vem se somar a força do empresariado paranaense que muito irão se beneficiar e muito irá produzir de benefícios para o Estado do Paraná.

Com referência ao Centro de Convenções de Curitiba, quantos foram os governos que se envolveram para que este Centro de Convenções pudesse ser entregue à população paranaense e brasileira? O Governador João Elísio foi quem deu, no seu período de Governo o passo mais decisivo que foi a aquisição do prédio onde funcionava o Cine Vitória, mas fez isso já no final do seu governo e coube ao Governador Álvaro Dias, auxiliado por eminentes pessoas do setor hoteleiro, do setor empresarial do Paraná e, principalmente, pelo grandioso Secretário

rio que tem, que é o Dr. Edson Gracia, levar adiante e transformar em realidade aquilo que era sonho alimentado por muitos paranaenses, pelo povo de Curitiba em especial. A partir de agora Curitiba tem o seu Centro de Convenções que será utilizado por todos aqueles que queiram defender suas teses, produzir discussões, realmente, de interesse do Paraná, do Brasil e do mundo. Curitiba iguala-se a outros importantes centros dentro deste aspecto turístico, que é, sem sombra de dúvida, hoje uma das maiores atividades em termos de geração de riquezas para o Estado e uma das que mais empregam as pessoas que de um emprego precisam.

Portanto, Senhor Presidente, estamos endereçando à Mesa um requerimento para que fique registrado nos Anais desta Assembléia o discurso proferido pelo Dr. Fatusch, que é o diretor do Centro de Convenções de Curitiba, e que espelha a história, que cita as pessoas que se envolveram neste processo e que deixa lá registrado a importância do ato vivenciado por todos nós no dia de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, no horário do PSDB, eu não vou subir à tribuna, mas quero registrar, em nome da Liderança do PSDB, o nosso voto de solidariedade ao requerimento da Liderança do PMDB, mas solicitaria que fosse feito um adendo neste próprio requerimento, para elogiar a pessoa do ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, que quando ele desapropriou o Cine Vitória, foi falado e dado em manchete em todos os jornais que tinha havido corrupção e fraude na desapropriação. Hoje o próprio PMDB reconhece o grande serviço feito pelo ex-Governador João Elísio é que a partir deste elogio e da grande festa na inauguração pelo Governador Álvaro Dias, no dia de ontem, eu acho que é feita a homenagem ao ex-Governador e isto prova que se o Governador Álvaro Dias não desmanchou o negócio é porque o negócio era sério, era justo e hoje Curitiba se honra de ter um Centro de Convenções a altura deste Estado que é um exemplo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Depu-

tados.

Eu queria que ficasse registrado nos Anais da Casa, a preocupação do Prefeito de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, quando pede à sua equipe de trabalho que estude uma forma de subsidiar as passagens de ônibus em Curitiba.

Isto sem dúvida demonstra uma preocupação muito grande por parte do nosso Prefeito da Capital, com aqueles que usam continuamente, diariamente, às vezes duas ou três vezes por dia a passagem de ônibus.

Sem dúvida aqui se levanta inclusive o custo do salário do trabalhador, na casa de 17% o que custa àqueles que realmente usam esse transporte coletivo. Eu quero que registre este acontecimento de suma importância para os nossos trabalhadores e com voto de louvor ao nosso Prefeito, em demonstrar este carinho tão grande aos nossos trabalhadores, até mesmo da minha parte acho que deveria ser estudado o transporte gratuito senão em Curitiba, mas especialmente, aproveitando aqui o Paraná representado por todos os Deputados, especialmente ao trabalhador rural, de toda zona rural do Paraná, para se dirigir à cidade haja um tratamento diferenciado e que os Prefeitos juntos com o Governo do Estado tenham condições, a exemplo de Mandirituba, onde o nosso transporte é gratuito, sem se cobrar passagem alguma daqueles que saem da zona rural até a cidade e aqui em Curitiba, quem sabe, se das periferias, dos lugares mais distantes, até próximo aos primeiros terminais, para que o povo mais sofrido, aquele que mora mais longe, sem dúvida é aquele que não tem casa própria, é aquele que está pagando a prestação do terreno, enfim é realmente um assunto de profundidade e os meus parabéns ao Prefeito de Curitiba por levantar esta hipótese.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa satisfação é enorme em sabermos que Sua Excelência o Governador que assumirá dia 15, Dr. Roberto Requião, prestigia sobremaneira esta Assembléia, esta Casa de Leis, ao indicar para Chefe da Casa Civil o nosso companheiro Deputado Caio Quintana.

Então, em meu nome pessoal e da Liderança PDT, eu quero cumprimentar a Sua Excelência o Senhor Governador, que assume no dia 15 por este diferenciamento, esta posição de escolher um Deputado para gerenciar os negócios da Casa Civil, especialmente representar a todos os Deputados, a todos os políticos do Estado, na condição de Chefe da Casa Civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN com a palavra. (Declina).

Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, Excelentíssima Deputada Emília Belinati, na qualidade de Líder da Bancada do PTB nesta Casa, eu quero cumprimentar o Deputado Nilton Servo que assume hoje uma cadeira, em decorrência da licença do companheiro José Alves, e dizer a Sua Excelência que a bancada o recebe de braços abertos, que confiamos na sua juventude, na sua vontade de acertar, no seu afã de atender a região, que é uma das regiões mais carentes do Estado, a região que ele representa nesta Casa. E dizer a Sua Excelência que nem tudo nesta Casa são flores, que as decepções chegam cedo, logo no início de um mandato. O Poder Legislativo ainda não recuperou todas as suas prerrogativas, embora as Constituições da República e do Estado assegurem ao Poder Legislativo uma participação maior na vida do Estado. Entretanto, é do trabalho dos Senhores Deputados e aí tem que haver uma reflexão muito profunda na atuação de cada Deputado, porque é deste trabalho, é desta reflexão que nós conseguiremos num futuro bem próximo recuperar as prerrogativas do Poder Legislativo que são belíssimas, porque é efetivamente o único Poder que emana do povo diretamente. É o Poder que está diariamente em contato com a população, trazendo para cá as aflições, os problemas e até as alegrias do povo.

Então, depende de cada Deputado nesta Casa o cumprimento da Constituição para que as prerrogativas deste Poder sejam efetivamente recuperadas. E com isso é não dar ouvidos a, inclusive, elementos do próprio Poder Legislativo que procuram denegrir esta Casa, achando que Deputado ganha três, quatro, cinco milhões de cruzeiros, achando que Deputado não trabalha, achando que Deputado tem mordomia. Isto é um desserviço que se presta ao Poder Legislativo, infelizmente por membros do próprio Poder Legislativo.

E eu que sempre estive em linha de Oposição às idéias defendidas e esposadas pela Bancada do PT nesta Casa, hoje eu quero congratular com o Deputado Dr. Rosinha, que efetivamente trouxe um assunto muito palpitante, embora as injustiças que ele tenha cometido contra o Governo Álvaro Dias, principalmente no tocante aos créditos que o Badep tem junto ao grupo Atala. Nenhum Governador anteriormente tomou as medidas cabíveis, as medidas judiciais necessárias para que o Estado fosse ressarcido do crédito que tem junto àquele grupo econômico, a não ser o Governador Álvaro Dias. Agora ainda no final desta semana a imprensa toda noticiou de que uma

das fazendas daquele grupo iria a leilão, exatamente para o ressarcimento da dívida que aquele grupo tem para com o Badep.

Mas, isto não é motivo para extinção desse Banco de Fomento. Nós esposamos aqui o sentimento de quase a maioria desta Casa, nós que achamos corretíssima a postura do Governador do Estado com relação ao BRDE. Ali sim o Governador estava certo e esta Casa aprovando a sua Mensagem votou acertadamente. Mas, com relação ao Badep, que nós não tivemos nenhuma participação na liquidação extrajudicial daquele Banco de Fomento, esta Casa não tem culpa em cartório por aquela liquidação, nesse caso do Badep, efetivamente o caso precisa ser repensado, porque não é possível, como bem disse o nobre Deputado Algaci Túlio, essa dualidade, em que o Banestado, como Banco que tem negócios agilizados pela própria legislação bancária no país, venha a abrigar em suas dependências um Banco de Fomento, cujos resultados, por ser Banco de Fomento, são demorados e não se coadunam com a política de agilização de um Banco Comercial.

Então, evidentemente, eu acho que este caso tem que ser repensado. O novo Governador do Estado, Roberto Requião, não deve já entrar, assumir o governo com essa disposição de liquidar definitivamente o Badep. O Badep é um Banco que tem cura, tem salvação. Basta que se repasse aquilo que o Estado deve ao Badep para que o Badep possa realmente começar a fluir novamente esses recursos ao comércio, à indústria e à agricultura do Estado.

Eu me coloco ao lado daqueles que defendem a manutenção do Badep como Banco de Fomento necessário ao desenvolvimento da agricultura, do comércio, da indústria, principalmente, transformar este Estado num Estado industrial, sair desse estágio agrícola que nós temos para nos transformarmos num grande Estado industrial, mas para isto precisa um Banco de Fomento, evidentemente.

Agora, não concordo, absolutamente, com as assertivas que se fizeram nesta tarde de que o Governador Álvaro Dias não procurou receber aquilo que o Badep tinha com o Grupo Atala. Nenhum Governador efetivamente se interessou pelo caso.

E, para terminar, eu quero emprestar toda a minha solidariedade ao nobre Deputado Antônio Annibelli quando ele pede um adendo ao requerimento de voto de louvor proposto pelo Deputado Orlando Pessuti ao Sr. Fatuch, Presidente do Centro de Convenções de Curitiba. É necessário que se estenda também ao ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, que teve a clarividência naquela oportunidade de adquirir aquele imóvel inaugurado na manhã de ontem. As notícias veiculadas pela imprensa

naquela oportunidade davam a entender nas entrelinhas que havia sido uma negociata e não havia interesse do Estado na aquisição daquele imóvel pelo qual havida sido pago um valor muito maior do que realmente valia. Isso caiu por terra diante da magnificiência do empreendimento que se entregou ontem - como disse o Deputado Orlando Pessuti - não só a Curitiba, mas ao Paraná e a todo o Brasil. Nesta hora o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos deve estar com a sua alma lavada porque se reconheceu, embora tardiamente, que ele fez um excelente negócio para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

PSB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 01/91, subscrito pelo Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Constituição e Justiça, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr. Deputado Dulvar Amaral, contante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Finanças, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr. Deputado Toti Colaço, contante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr. Deputado César Silvestri, contantes do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr.

Deputado Domingos Carvalho, contante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Saúde Pública, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 01/91, subscrito, pelo Sr. Deputado Dobrandino da Silva, contante do expediente, comunicando a instalação da Comissão de Turismo, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 30/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei n° 4.766 de 13.11.63 (filiação no IPE de cargos em comissão: Governador, vice-Governador, Secretários de Estado e Deputados). Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. em regime de urgência. (Publ. no D.A. n° 30/89, de 02.05.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 47/89

PARECER:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n° 30/89, objetiva alterar dois dispositivos da Lei n° 4766 de 13 de Novembro de 1963, com vista a tornar obrigatório a filiação no Instituto de Previdência do Estado do Paraná, dos ocupantes de cargos de provimento em comissão, o Governador e o vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado e os Deputados.

O presente plano de lei visa somente o benefício aos ocupantes dos cargos em comissão, que não tenham vínculo com o serviço público.

A contribuição compulsória aos ocupantes de cargos em comissão, é uma medida altamente meritória, uma vez que visa a proteção da família do comissionado, não contribuinte do IPE, para que os seus não fiquem sem proteção do seguro social, no caso de seu falecimento.

Com respeito ao Governador e vice-Governador do Estado, aos Secretários de Estado e aos Deputados, poderão estes inscreverem-se no mesmo instituto, com os mesmos direitos e obrigações, mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência do IPE.

A matéria está plenamente de acordo com os dispositivos Constitucionais, legais e regimentais.

A Constituição Estadual, no seu artigo 25, parágrafo 1º, letra C, atribui ao Poder Executivo a iniciativa do presente plano de lei.

Atendendo a matéria a todos os preceitos Constitucionais, não existindo qualquer impedimento para sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 047/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 30/89, tem por escopo alterar dispositivos da Lei n° 4766 de 13.11.63, com vistas a tornar obrigatório a filiação no Instituto de Previdência do Estado do Paraná, dos ocupantes de cargos de provimento em Comissão, o Governador e o vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado e os Deputados.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à matéria.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conclui que tal proposição consulta plenamente aos interesses da administração, pois virá ensejar condições no sentido de que não mais ocorram situações em que, com o falecimento de servidor comissionado não contribuinte do IPE, sua família venha a ficar sem proteção de seguro social.

"Ex positis", nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.
é o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.89

(aa) QUIÊLSE CRISÓSTOMO - Presidente;
ACYR MEZZADRI - Relator.

Sobre o referido projeto requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Evidio Constantino,

constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 47/89. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o objetivo do requerimento dos nobres Deputados anunciados por Vossa Excelência é a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 47/89.

Nós queremos, Sr. Presidente, levar ao conhecimento deste plenário em questão de ordem para que Vossa Excelência decida, o art. 182 do nosso Regimento Interno diz o seguinte: "urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal das comissões permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final".

Este plenário aprovou recentemente regime de urgência para o Projeto de Lei n° 47/89 e também para o Projeto de Lei n° 13/91, ao qual também temos conhecimento que se encontra sobre a mesa requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia.

Então, invocando o que estabelece o art. 182 e estando as duas matérias em regime de urgência, nós solicitamos que Vossa Excelência não acate o requerimento proposto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede à questão de ordem de Vossa Excelência. Realmente o art. 182 esclarece bem o sistema de urgência nesta Casa. Está indeferido o requerimento com relação aos Projetos n°s 47/89 e 13/91. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 13/91, de autoria da Procuradoria Geral Justiça, que estende a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela lei n° 9.049, de 06.07.89, aos ocupantes dos cargos de nível universitário do quadro geral da Procuradoria Geral da Justiça. Com parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência.

PROJETO DE LEI N° 013/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989, fica estendida aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro Geral da Procuradoria Geral da Justiça, inclusive aos inativos, conforme nomenclatura de cargos constantes do anexo à presente lei, no mesmo percentual, aplicado sobre os respectivos vencimentos e para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9.186, de 08 de janeiro de 1990 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA.

ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 1º

I - Cargos "Quadro Ocupacional Técnico Superior" (efetivo) Lei nº 9.216/90

- Assistente Jurídico
- Bibliotecário
- Técnico de Administração

II - Cargos Técnico-Superior do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 9.216/90)

- Assistente Jurídico
- Bibliotecário
- Técnico de Finanças
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Materiais
- Técnico em O & M
- Técnico em Sistemas de Informação
- Técnico em Planejamento
- Técnico em Processamento de Dados
- Jornalista

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 13/91

P A R E C E R:

De autoria da Procuradoria da Justiça, o Projeto de Lei em apreciação, de nº 13/91, objetiva estender a gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei nº 9.049, de 06.07.89, aos ocupantes de cargos de nível universitário do Quadro Geral da Procuradoria Geral da Justiça.

Chamada a opinar sobre os aspectos legal, constitucional e regimental da matéria proposta, esta Comissão de Constituição e Justiça vem a se pronunciar favoravelmente, pois entende que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite da presente proposta, por essa colenda Casa de Leis.

Assim sendo, e nesse sentido, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei em tela, e em toda sua extensão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

EMÍLIA BELINATI - Relatora.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernani Puddell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 13/91. Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, a minha questão de ordem neste Projeto se refere ao seguinte: o mesmo Projeto já foi apresentado na Legislatura passada com aprovação em 3 sessões dos dias 10, 11 e 12 de dezembro último e, enviado a Sua Excelência, o Senhor Governador, o referido projeto foi vetado. Mesmo na questão de ordem levantada pelo Deputado Orlando Pessuti, quero solicitar de Vossa Excelência a explicação de como ficaria se o projeto que está com veto do Governador em apreciação na C.C.J., a qual eu, como membro da mesma, recebi da Presidência o projeto para dar parecer quanto à proposição de veto nº 12/91, mandada pelo Senhor Governador.

Entrando em discussão o projeto hoje e sendo aprovado, há um outro projeto com a mesma redação para ser apreciado na C.C.J., e havendo derrubada do veto daquele projeto, que está dentro do prazo legal, como ficariam os dois projetos de mesmo teor aprovados por esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantenho a decisão e informo a Vossa Excelência que a redação do projeto de lei em votação tem alterações daquela iniciativa do Governador do Estado que foi vetado. Não é a mesma redação.

Vou submeter a voto o projeto nº 13/91. Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, queremos registrar a posição contrária da bancada do PT, em função de que este projeto, votado em regime de urgência, não teve tempo suficiente para maior análise de profundidade desta bancada.

Então que fique registrado nos anais o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado o voto da Bancada de Vossa Excelência.

Sobre a mesa, requerimento de nº 279, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, o Senhor disse regime de urgência. Este projeto, estamos requerendo inclusão na Ordem do Dia de amanhã, com base no que estabelece o artigo 185, do nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede. A Mesa foi mal assessorada. Será atendido o requerimento de Vossa Excelência.

Requerimento de nº 280, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 282, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 286, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 319, de autoria dos Senhores Deputados Arlindo Troian, Emília Belinati, Duílio Genari e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 225, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 254, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 226, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Nós entendemos desnecessária a formação dessa Comissão Especial, para acompanhamento da implantação da FERROESTE, que nos requer o Deputado Ernani Pudell, e a ele pessoalmente já espusemos as razões contrárias a esse requerimento, porque entendemos que na Assembléia Legislativa existem as Comissões Permanentes, e que temos apregoadas aos quatro ventos, que queremos vê-las valorizadas e funcionando a todo vapor, até para que esta Assembléia seja engrandecida no seu trabalho, não só de Plenário, mas principalmente das comissões técnicas.

A Comissão proposta pelo Deputado, seria integrada pelo Deputado Albino Corazza Neto, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Élio Rusch, César Silvestri, Artagão Mattos Leão e pelo próprio autor Ernani Pudell.

A nossa sugestão, e já conversamos com alguns dos Senhores Parlamentares, é de que este assunto, FERROESTE que se pretende discutir através de uma Comissão Especial desta Assembléia, seja ele discutido na Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, onde seis dos sete Deputados propostos para fazer parte da Comissão integram.

Nós temos o Deputado César Silvestri - Presidente, Deputados Élio Rusch, Artagão, Dobrandino, Albino Corazza e Duílio Genari, na Comissão de Obras, e o Deputado Ernani Pudell, na condição de Líder da sua Bancada, tem direito a voz, e participação a todas as reuniões de qualquer Comissão

Permanente desta Casa.

Então, não estaria se alijando a participação de ninguém e a Comissão de Obras, integrada por todos os Parlamentares praticamente propostos. Além do que, nós temos também a Comissão de Fiscalização desta Casa, que tem por objetivo fiscalizar os atos, obras e despesas realizadas pelo Governo Estadual, e ela é presidida pelo digno Deputado Duílio Genari, que é daquela região.

Razão porque, nós recomendamos aos Senhores Deputados, que não aprovamos esse requerimento, de mais uma Comissão Especial, e que fiquemos no aguardo, de que a Comissão de Obras se reúna para discutir este assunto que nós entendemos de importância para o Paraná; e em razão disso o próprio requerimento do Deputado da nossa Bancada Carlos Simões, deixará até de ter as suas razões, porque os esclarecimentos, que ele pede, poderá ser prestado na reunião da Comissão de Obras, que ele próprio poderá participar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem dirigido os seus trabalhos, no sentido de prestigiar as Comissões, e as Comissões estão constituídas e estão trabalhando.

Por isso eu deixo de receber requerimento do nobre Deputado Ernani Pudell, por ferir autonomia das Comissões.

Disse bem o Deputado Pessuti, o Deputado Pudell, como Líder da Bancada, é verdade que sem direito a voto, à exceção da Comissão de Justiça, poderá participar de todas as Comissões como Deputado e Líder da Bancada.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Gostaria de Pedir reconsideração por parte de Vossa Excelência, até porque ouvi atentamente os argumentos do Líder do Governo e quero dizer que nós fizemos um pronunciamento na última quarta-feira, expondo as razões do porquê, estamos requerendo a criação dessa Comissão Especial.

Uma das razões fundamentais é que um Projeto de uma envergadura dessa natureza, um Projeto que consome praticamente três vezes o Orçamento da Saúde deste Estado, sequer foi discutido exaustivamente, nesta Casa.

Tive o cuidado, Senhor Presidente, de indicar para compor esta Comissão, todos os Deputados da região Oeste do Paraná.

O objetivo desta Comissão é fazer um profundo levantamento de esclarecimento sobre este Projeto.

Projeto esse da maior complexidade, que envolve a participação do Governo Federal, do Governo Estadual, que envolve a participação da iniciativa privada. Projeto esse que nós, da região oeste do Para-

ná, temos interesse em que seja efetivamente implantado.

E nós, tendo em vista a total falta de conhecimento por parte desta Casa, de detalhes deste Projeto e tendo em vista as notícias publicadas pela grande imprensa, a nível nacional, entendemos que essa Comissão, pela grandiosidade do Projeto, pela complexidade de todos os assuntos que o envolvem, entendemos que seria a forma mais correta uma Comissão específica, para o prazo de 45 dias analisar esse Projeto, inclusive sob o aspecto político.

E não apenas analisá-lo nos estritos limites da Comissão, que é constituída e tem a função de analisar não apenas esta obra, mas todas as obras relacionadas com os Poderes deste Estado.

É por isso que nós entendemos que a forma mais adequada seria esta Comissão.

Então, eu quero requerer a Vossa Excelência que reconsidere a decisão e submeta a Plenário o requerimento que nós formulamos perante a Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acredito que nós temos que praticar um ato de justiça, vamos dizer, com referência à Bancada do PT.

E por esta razão, eu peço a Vossa Excelência que mantenha a decisão de não votarmos este requerimento de formação de uma Comissão Especial, mesmo porque o requerimento, na nossa opinião, embora sejam justos os nomes que ele apresenta, ele já vem com falha de origem porque não cabe ao Líder do PT, evidentemente, indicar uma Comissão Especial, qual o Deputado do PMDB que irá fazer parte desta Comissão, mesmo que seja o Deputado Dobrandino da Silva, cabe a nós decidirmos se será o Deputado Dobrandino da Silva ou o Deputado Artagão Mattos Leão.

Mas, por uma questão de justiça, Senhor Presidente, eu peço a Vossa Excelência que deixe de receber, embora já anunciada a aprovação, o requerimento do Deputado Carlos Simões, porque trata do mesmo assunto: FERROESTE.

E nós queremos que o assunto FERROESTE seja discutido na Comissão de Obras, desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Carlos Simões, já é matéria vencida.

Eu mantenho a minha decisão de não aceitar o requerimento do Deputado Ernani

Pudell.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -... por que entendo que as Comissões estão organizadas, com competência dentro das suas atribuições. E seria, até, um ato de insensatez da Mesa, porque se as Comissões estão constituídas, não é justo nem legal que se interponha outros membros nas Comissões, que têm as suas metas já dirigidas.

Recorro ao Plenário, da minha decisão. Segundo solicita o Deputado Ernani Pudell. Os Senhores Deputados que apoiam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Apoiada a decisão da Mesa.

Requerimento de n° 179, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 231, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Cleiton Crisóstomo.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO - Queria prestar uma homenagem ao então Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Paulo Roberto Pereira de Souza pela posição no final da semana passada mandando o fiscal da Surehma à Usina de Taguaraçu em São Paulo proibindo o fechamento das comportas que então prejudicariam o povo do Paraná. E mostrando que este Governo tem Secretário. Secretário que atua e faz por merecer a cadeira que tem.

E queria que fosse consignado na Ata desta sessão a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Paraná na última quarta-feira com votos de feliz e profícua gestão à frente desta entidade, que ficou como Presidente Sidney Catanassi e vice-Presidente Samir Karan; e no Conselho Fiscal composto por Carlos Shandeler, Arlindo Gulin e Altamir Franchiski.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para registrar um agradecimento a Vossa Excelência e assessoria desta Presidência e das Comissões. Não foi justo Vossa Excelência quando disse que não foi bem assessorado. Vossa Excelência é bem assessorado e nós queremos

agradecer porque já estamos recebendo a relação de todos os projetos que foram arquivados em função de pertencerem à Legislação passada. Um trabalho minucioso, bastante amplo e que merece os elogios de nossa parte a vossa assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado a Vossa Excelência e obrigado aos funcionários da Casa.

Requerimentos de ns. 287 a 290 e 292 a 308 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 276, 274, 275, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 271, 270, 269, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 320, 278, 277, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 310, 311, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 272, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 315, 314, 269-A, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 273, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 283, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 291, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 309, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. Com adendo dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Erondy Silvério a respeito da figura do ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos a quem esta Mesa também endossa o adendo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Obrigado, Senhor Presidente.

O nosso requerimento, de justamente fazermos o registro nos anais da Assembléia do discurso proferido pelo Dr. Fatuch é justamente porque este pronunciamento dele traz à realidade todos aqueles que

lutaram em favor desse Centro de Convenções. E neste pronunciamento o nome do ex-Governador João Elísio não foi esquecido e por esta razão nós concordamos com este adendo. Aprovado. À Diretoria Legislativa. A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. FLORISVALDO FIER - (Pela Ordem) Senhor Presidente, provavelmente talvez seja até extemporâneo o que eu vou colocar, mas é necessário, porque o requerimento que V.Exa. submeteu ao Plenário que deveria ser aceito ou não, a Mesa já tinha aceito, já tinha colocado em votação. Simplesmente foi adiada para hoje a votação em função de que o Deputado Orlando Pessuti tinha solicitado discuti-lo. Portanto, este requerimento já tinha sido aceito e, inclusive, lido na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita por gentileza que Vossa Excelência informe qual o requerimento.

O SR. FLORISVALDO FIER - A respeito da Ferroeste que Vossa Excelência submeteu ao Plenário dizendo que não aceitavam, mas a Mesa já tinha aceito e colocado em votação na sessão anterior quando o Deputado Orlando Pessuti pediu para discuti-lo e assim ele foi transferido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa informa a Vossa Excelência que o requerimento teve a sua discussão adiada. E não aceitou o requerimento na sessão de hoje quando se tratava da discussão da matéria. O Deputado Ernani Pudell requereu reconsideração. A Mesa não reconsiderou e submeteu à plenária de acordo com o que prevê o Regimento Interno. E o Plenário, praticamente por unanimidade a exceção da bancada do PT aprovou a decisão da Mesa. Não há o que discutir Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 47/89 e 13/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 29/91.

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI EM SESSÃO DO DIA 11 DE MARÇO DE 1991.

SAUDAÇÕES ÀS AUTORIDADES
(Cerimonial)

MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS

Neste momento me vem à lembrança o final dos anos de 1960 quando germinava em Curitiba, a idéia de dotar a cidade com um "Centro de Convenções". "Gazeta do Povo", através do Dr. Francisco da Cunha Pereira sugeria, naquele momento o "Matadouro Municipal".

A semente germinou e o Prefeito Saul Raiz define, como meta em sua gestão a "Praça Rui Barbosa", local excelente porém logo descartado em face da nova política viária do município. Pensou-se então, "Fabrica de Curitiba", localizada na "Praça Ouvir Pardiniho", opção que mereceu estudos porém sem nenhum prosseguimento positivo.

Surgiu o "Cine Avenida" porém o Grupo Empresarial que o tinha adquirido não sensibilizou com nossa idéia, pois já tinha em seus planos, perpetuar aquele "Espaço" para Cultura.

Passa então, o IPPUC a estudar opções e o Prefeito em exercício "Donato Gulin" firma um importante e decisivo passo assinando, um Decreto considerando o "Cine Vitória" de Utilidade Pública para os fins que se propunha.

O Empresariado, os Órgãos de Classe e a Imprensa aplaudem a iniciativa.

No Governo "José Richa" novamente mudam-se os "Espaços", deixa-se de lado o "Cine Vitória" e entra a "Fábrica de Velas" nos fundos do Palácio Iguaçu, novas e intermináveis reuniões se sucedem, novo anteprojeto é desenvolvido pelo IPPUC.

Nessa época assume a Diretoria de Investimentos da EMBRATUR Dr. Julião Pimentel Neiva de Lima, redobram-se as esperanças, porém o Palácio Iguaçu, dentro de sua reformulação Governamental muda novamente o local.

O Prefeito "Maurício Fruet", procura agilizar novo local, surgindo o "Centro Comercial do Portão", renovadas reuniões, projeto concluído, Governo e Empresariado vão à Brasília dando entrada junto ao Ministério de Indústria e Comércio. Porém já em final de Governo, não tivemos mais notícias deste processo.

Toma posse o Governador "João Elísio Ferraz de Campos", e é revivido o assunto, o empresariado se une fazendo ver em todos esses anos, o local mais apropriado ainda era o "Cine Vitória".

Espetacular construção inaugurada em 14 de novembro de 1963 pela venerável família JHONSCHER, alguns hoje aqui presentes, "Cine Vitória" que abrigou tantas e tantas peças culturais, ainda era o melhor local dentro da cidade, para edificação do sonhado "Centro de Convenções".

Após avaliações realizadas pela Secre-

taria de Administração, através do Patrimônio do Estado, vieram as negociações com os proprietários e em 20 de novembro de 1986, o Senhor Governador "João Elísio" autorizou a compra da propriedade; conquistava-se então, nova e decisiva vitória.

Toma posse o Governador "Álvaro Dias", consolida-se o regime democrático, facilitando o diálogo com o Governo.

Vem a Curitiba o Dr. João Dória, Presidente da EMBRATUR para efetivar o "Centro de Convenções de Foz do Iguaçu", deixando claro naquela data que era impossível a EMBRATUR participar de 02 (dois) empreendimentos de tamanha envergadura no mesmo Estado. O Governador "Álvaro Dias", não aceita a afirmativa e por sua recomendação é colocada na Diretoria de Investimentos da EMBRATUR "Dr. Armando de Souza Couto", homem de Turismo, com a finalidade principal de viabilizar o projeto Econômico Financeiro para construção do Centro de Convenções de Curitiba.

Isso feito, é autorizado através da Lei n. 8092 a constituição de uma "Sociedade de Economia Mista" com a finalidade de reciclar, edificar e gerir o futuro "Centro de Convenções".

Esses meus senhores e minhas Senhoras é um pequeno relato sobre a luta que vivenciamos no período de 20 e poucos anos, a Classe Turística Jonel Chede e Eu.

Hoje o Centro de Convenções é uma realidade Nacional, dentro de 30 dias estaremos aptos a receber convencionais, graças ao apoio e desempenho do "Dr. Edson Gracia", que sem falsa modéstia trabalha como "se mineiro fosse", quietinho, com fala mansa, porém com grande objetividade. Ele foi pela própria função de Secretário de Estado e por acreditar no empreendimento o maior entusiasta, junto ao Governador "Álvaro Dias", para que os recursos necessários ao cumprimento do Cronograma Físico Financeiro não deixassem de falar, tendo em vista que com a inclusão do Plano Brasil Novo, nosso segundo maior acionista ficou impossibilitado de aloca-los.

GOVERNADOR ÁLVARO DIAS

A Vossa Senhoria, a minha homenagem são as palavras Franklin, de Lano Roosevelt: "É preferível, arriscar coisas grandiosas, alcançando triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrotas, do que formar fila com os pobres de espírito, que não gozam muito e nem sofrem muito, porque vivem na penumbra cinzenta dos que não conhecem nem vitórias nem derrotas".

Em meu nome, em nome de minha Diretoria e de todo o Empresariado do "Trade turístico" o meu muito obrigado.

(DISCURSO PROFERIDO PELO DR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA FATUCH, Presidente do Centro de Convenções de Curitiba S/A, no dia 10.03.91).